



### ACTA N.º 2/2006

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de 2006, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal;**
2. **Proposta de Adesão à AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras). Informação nº. 70/DED/06 de 2006.02.17;**
3. **Proposta de Reorganização da Rede Escolar do Concelho de Chaves. Informação nº. 141/DED/06, de 2006.04.03;**
4. **Prestação de Contas Relativa ao Exercício Económico de 2005. Informação nº. 02/SCO/2006;**
5. **Contratação de Empréstimo de Médio Longo Prazo no valor de € 1.909.177,00 e destinado ao Financiamento de Projectos de Investimento. Proposta nº. 06/DGFEP/06;**
6. **Gestão de Património Municipal – Alienação do Edifício denominado “Cine-Teatro de Chaves”, situado na Travessa Cândido dos Reis/Rua de Santo António em Chaves – Definição das Normas Disciplinares. Proposta nº. 33/GAP/06**
7. **Situação da Saúde no Concelho de Chaves.**

A reunião teve início com a chamada dos Deputados Municipais, tendo-se registado as seguintes faltas:

Paula Cristina Barros Teixeira Santos  
Alexandre Crespo Dias

Antes de entrar na Ordem de Trabalhos **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** fez uma chamada de atenção para o cumprimento do horário das sessões, que normalmente não é respeitado.

A acta número um, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

O Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha fez o seguinte reparo à acta: Na página dezasseis não vem referida a pergunta que fiz ao Senhor Presidente da Câmara, quando na minha intervenção disse não compreender como ainda não há datas para a conclusão do Nó de Sanjurge e o Senhor Presidente da Câmara respondeu que se recusava a indicar uma data.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu, no uso do direito de resposta, que não se recusou a dar uma data, mas sim que não podia apresentar uma data, uma vez que a obra não é da responsabilidade directa da Câmara Municipal. Neste momento a obra já está em execução, depois de ultrapassadas as dificuldades que na altura havia.

O Senhor deputado António Manuel Santana Abelha fez também alguns reparos à acta, os quais serão devidamente corrigidos.

*Posta à votação foi aprovada por maioria com quatro abstenções, por ausência na última assembleia.*

Passou-se à leitura da correspondência recebida desde a última reunião, nomeadamente um ofício emanado da ANMP, oportunamente remetido aos respectivos Grupos Municipais e o qual refere o Plano de Contingência para as ondas de Calor de 2006. Recebeu-se também um documento do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, assinado pelo Senhor deputado Agostinho Lopes, que transcreve uma resposta do Governo a um requerimento seu, relativo às infra-



estruturas de fisioterapia e tratamentos com lista de espera superior a 4 anos, no Hospital de Chaves, o qual foi também enviado, oportunamente, aos líderes dos Grupos Municipais. Foi ainda recebida uma carta da ACISAT que se refere à reunião realizada pela Comissão Municipal do Licenciamento Comercial ao abrigo da Lei nº. 12/2004, de 30 de Março, para apreciação e votação do licenciamento dos seguintes estabelecimentos Comerciais: Mini preço; Plus Discont Supermercados, Lda; Lidl & CIA; Vetimarché; Bricomarché, Intermarché e Mestre Maco e mais sete espaços comerciais integrados num Retail Parque.

Nesta Carta a ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega, manifestou o seu profundo desagrado pela votação favorável do representante da Assembleia Municipal, na reunião da referida Comissão, para instalação das unidades antes mencionadas.

No entender da Associação está em causa um modelo de desenvolvimento comercial ultrapassado nos países desenvolvidos e em declínio em algumas regiões de Portugal, pela ausência de contributos para o desenvolvimento do tecido empresarial, com o agravamento do incentivo ao consumismo, provocando o endividamento das famílias e a descapitalização do Concelho, pela saída de capitais para fora da região. Que está em causa o desenvolvimento sustentado e por essa razão a ACISAT é contra a instalação destas superfícies comerciais.

Iniciou-se o “**Período Antes da Ordem do Dia**”

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada de uma Proposta e de duas “Moções”: a primeira subscrita pelo PSD e as segundas pela CDU, todas versando o tema da Saúde no Concelho de Chaves. Dado que na Ordem de Trabalhos há um ponto onde está agendado este tema, a Mesa propôs aos subscritores que a sua discussão passasse para o referido ponto.

Em seguida deu as boas vindas aos Senhores deputados Lídia Maria Chaves dos Santos, do PS e Rui Jorge da Silva Oliveira, da CDU que pela primeira vez tomam assento nesta Assembleia, desejando-lhes o maior sucesso. Saudou o regresso do Senhor deputado João Vasco Reis Miranda de Moraes.

Para intervenção no “*Período de Antes da Ordem do Dia*” inscreveram-se os seguintes deputados:

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA**, da CDU – saudou os presentes e de uma forma especial o seu colega de bancada Rui Jorge da Silva Oliveira que substitui o Senhor André Gomes da Silva, na suspensão do seu mandato por um ano.

Referiu-se em seguida às comemorações do trigésimo segundo aniversário o “25 de Abril”, com tudo o que essa data implica – liberdade, democracia, militância partidária, liberdade de expressão etc. que seguramente todos os presentes subscrevem. “Estamos a assistir a uma ofensiva fortíssima contra uma parte do espírito do “25 de Abril” no campo da correcção das assimetrias entre os mais ricos e os mais pobres, entre os mais estudados e os menos estudados, entre o litoral e o interior. Há um conjunto de funções sociais consagradas na Constituição, atribuídas ao Estado, que se destinam a atenuar essas assimetrias. É possível, apesar do salário mínimo que temos e da taxa de desemprego existente, que a esmagadora maioria do povo português tenha condições mínimas de dignidade de vida, devidas às funções sociais do Estado, nomeadamente na área da Educação e do Ensino. No seu entender, e desde que o Governo pertence ao Partido Socialista, “estamos a sofrer uma ofensiva fortíssima, baseada no princípio, que já vem de governos anteriores, do utilizador – pagador. A questão económica preside hoje aos destinos do País. Quando se quer reestruturar o País numa altura de recessão, vamos assistir, desde o reordenamento da Rede Escolar, à anexação do Hospital de Chaves pelo Centro Hospitalar de Vila



Real, até à decisão, já publicada em Diário da República de extinguir e encerrar a Maternidade, quando chegar a A24.

É de lamentar que numa altura em que a crise e as assimetrias se agudizam, haja todo um conjunto de políticas destinadas à poupança, prejudicando os mais humildes e em especial as regiões do interior, da qual nós fazemos parte.

Na minha opinião a Assembleia Municipal tem andado um pouco arredada da reflexão destes temas, o que leva a que por vezes se tomem decisões, que poderiam ser de conjunto e não individuais, nomeadamente as que se referem à instalação das grandes superfícies, reordenamento da Rede Escolar e Saúde. Se este último tema tivesse sido discutido na última Assembleia, conforme proposta da CDU, possivelmente o Município teria tomado uma posição mais firme que não permitisse ao Senhor Ministro da Saúde dizer: «Chaves não está obrigado a integrar-se no Centro Hospitalar. Chaves pode integrar-se se quiser, porém não terá mais verbas se o não vier a fazer».

Terminou dizendo que a CDU está disponível para participar na luta, aos mais diversos níveis, e dizer ao Governo que o corte às cegas, feito pelos Senhores de Lisboa, sobre as funções sociais do Estado nas Regiões do interior não poderá ser feito.

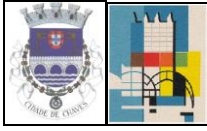
**JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES**, do PS – depois de cumprimentar os presentes disse que é com preocupação que a Comissão Política Concelhia do seu Partido, observa a forma displicente, como o executivo municipal tem tratado o processo de licenciamento das novas superfícies comerciais a instalar no Concelho de Chaves, “decidindo de modo unilateral, sem nunca consultar ninguém e, apresenta, à posteriori, as suas decisões como sendo irreversíveis e tomadas sempre de acordo com o bem comum, o que, no nosso entender, não é verdadeiro, prudente e razoável”.

Disse que o executivo municipal tomou a decisão de licenciar as novas superfícies comerciais, sem efectuar estudos independentes e exaustivos do impacto social e económico que o licenciamento irá causar no tecido comercial flaviense. Que esta Câmara Municipal tem tomado medidas que têm vindo a prejudicar ou a agravar a situação do comércio local, nomeadamente com a eliminação do parque de estacionamento subterrâneo das Freiras; a supressão de lugares de estacionamento e a obrigatoriedade do pagamento noutras e agora a intenção de alienar o Cine Teatro de Chaves; que nunca apostou na dinamização cultural e artística do centro da cidade, de forma a revitalizá-lo e torná-lo num centro comercial ao ar livre.

Disse que o Partido Socialista não é contra a vinda das superfícies comerciais, mas sim contra a passividade e a falta de poder negocial do actual executivo, que não preparou, como era sua obrigação, o tecido comercial da cidade para o inevitável, nem fez as necessárias exigências às ditas superfícies para cotas mínimas de abastecimento de produtos regionais (hortícolas, vinícolas, fumados e artesanato).

Referiu o licenciamento, de um Paiol, na Freguesia de Sanjurge e deixa a esta Assembleia Municipal, o repúdio unânime da população, bem como o temor demonstrado pelos proprietários confinantes do Paiol, em trabalhar os terrenos, pela possibilidade de haver um acidente causado por deflagração accidental dos explosivos ali armazenados. Igualmente referiu a perigosidade havida na passagem dos veículos de transporte dos explosivos por áreas habitacionais, colocando em perigo vidas humanas, situação que não acautela o preceituado na Constituição da República Portuguesa, que obriga, neste caso a Câmara Municipal, na prossecução do interesse público, ao respeito pelos interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Que, face à oposição firme e justa de toda a população da freguesia e das suas instituições, a Autarquia devia indeferir o pedido de licenciamento do referido Paiol, o



que não veio a acontecer, mesmo havendo uma tomada de posição da Assembleia de Freguesia de Sanjurge, da qual a Câmara tomou conhecimento, através de uma acta.

Disse que o executivo camarário teve uma dualidade de critérios ao rejeitar um pedido de instalação de uma unidade comercial idêntica, no ano de 2003 em Outeiro Seco, fundamentando com a preocupação dos residentes daquela freguesia, pela travessia do centro da aldeia por veículos carregados de explosivos, potenciando a probabilidade de ocorrência de um eventual acidente, tendo em conta as características da rede viária em questão – apertada e sinuosa.

Que os argumentos invocados para indeferir o pedido formulado para Outeiro Seco em 2003, deveriam ser considerados relevantes para não licenciar o de Sanjurge.

Termina perguntando se esta decisão do executivo em indeferir para Outeiro Seco e licenciar para Sanjurge não se deveu apenas a “critérios de proximidade ou de afastamento político das Juntas de Freguesia em causa”.

**LUIS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO** do PSD - iniciou a sua intervenção saudando as comemorações que foram feitas no dia “25 de Abril” e tendo sempre em consideração a importância desse dia na nossa democracia, lembra à Câmara Municipal que “nos assiste a obrigação de continuarmos a ser o Órgão máximo do Concelho e os representantes do povo de Chaves, em todos os assuntos e quanto mais complicados, maior é a nossa responsabilidade.

Em relação ao ofício emanado da ACISAT e anteriormente lido, estranho o timing em que chegou porque desde Dezembro que a Associação tem conhecimento, através de documentos escritos, da aprovação por parte da Câmara Municipal, das localizações das superfícies comerciais em questão.

Sabendo que a Assembleia Municipal tem um representante com direito a voto no Ministério da Economia, a mesma Associação não enviou qualquer nota ou fez questão de estar presente, para aqui manifestar o seu ponto de vista. Fui eu que pedi à ACISAT que me permitisse assistir a uma reunião onde esse assunto estava agendado e aí pude inteirar - me da sua posição e transmitir a minha.

A decisão tomada não foi feita levemente, conforme o Senhor deputado Trindade Mendes referiu na sua intervenção. Não é verdade que o Vetimarché tenha sido chumbado pelo Ministério da Economia. Com o meu voto favorável e com o voto de qualidade da Câmara Municipal pôde ser aprovado, mesmo com o voto contra do Ministério e da ACISAT. Tive a preocupação de me deslocar a Fafe, onde esta superfície existe para, no local verificar a tipologia do edifício e os artigos comercializados, tendo verificado que, no vestuário que é a classe de artigo que mais pesa no comércio tradicional, a grande parte era de fabrico chinês. Falei com a Directora para saber os empregados que tinha e verifiquei que nem em termos de qualidade, nem em postos de trabalho e até em arquitectura teria interesse para Chaves. Perante esses dados, na reunião seguinte alterámos a posição para votar contra esta superfície comercial.

Refiro também que muitos comerciantes da cidade, manifestaram na reunião, o seu acordo para que a ACISAT votasse favoravelmente a deslocação do “Mini preço” com a condição – imposta pela Câmara – de fechar o do Centro Histórico, porque é o que mais concorrência exerce no comércio tradicional. A ACISAT não aceitou sequer dialogar. Se há falta de diálogo não é do representante da Assembleia Municipal, nem da Câmara Municipal, mas sim da Associação.

A ACISAT alegou que as grandes superfícies promovem o (des) emprego precário, mas nas entrevistas que foram feitas junto de comerciantes da cidade, segundo um Relatório da Inspeção Geral de Trabalho, verificou-se haver comerciantes que foram



apanhados com empregados sem contratos, sem descontos para a Segurança Social e sem direito a férias.

O Concelho de Chaves não vai poder fugir a este tipo de desenvolvimento que é global. O desenvolvimento sustentável de que Chaves padece é de um subdesenvolvimento insustentável, porque se continuarmos a pensar assim vamos perder tudo.

Fui eu que me ofereci para desempenhar o cargo de representante da Assembleia, por saber que as decisões seriam difíceis e de grande responsabilidade. Com a chegada da A24, poderemos ter a grande oportunidade de dar o salto e nos afirmarmos como uma cidade com a importância que temos, também no domínio comercial. Muitos dos comerciantes que agora protestam contra as grandes superfícies, encontro-os nos grandes Centros Comerciais de Vila Real, Ourense e outros, a fazer as suas compras. O meu desejo é que as pessoas de fora venham a Chaves fazer as suas compras, sejam de Vila Real, de Ourense ou de outros lugares e se permanecerem aqui dois ou três dias deixam dinheiro nos hotéis, nos restaurantes, levam as lembranças do nosso comércio tradicional, a quem estas superfícies não vão fazer concorrência e não podemos esquecer que há milhares de jovens desempregados que necessitam de um posto de trabalho.

Representantes dos Partidos: Socialista, através da sua líder de bancada, Dra. Paula Barros e da CDU, em entrevistas dadas, foram ambos de parecer que não são contra a vinda dessas actividades mas que é necessária ponderação.

Vir dizer que se aprovou levemente é, na verdade um acto leviano. Foram postas condições no que respeita à criação de emprego e a obras de infra-estruturas de grande valor nomeadamente arruamentos, rotundas, que foram aceites pelos investidores.

Hoje as grandes superfícies comerciais também vendem cultura, já que aliam boas salas de cinema a mediatecas, papelarias etc. porque a estrutura de lazer está aliada à do próprio consumo. Estudei o caso da cidade de Braga, onde há inúmeras grandes superfícies, e onde o comércio tradicional se adaptou e hoje é pujante e forte e sou de parecer que Chaves também o vai conseguir porque acredito na capacidade das nossas gentes.

Concordo que a Autarquia, em conjunto com a ACISAT devem estudar a forma de dinamização do Centro Histórico, mas não é chumbando todos os pedidos de instalação de superfícies”.

Terminou dizendo que a sua posição de votar a favor foi tomada com muita convicção pessoal, estratégica e política e lembrou que já no passado outras grandes superfícies foram aprovadas sem a consulta da Assembleia Municipal.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO – Eduardo Júlio Alves Brás** – chamou a atenção da Autarquia para a conclusão das obras de: requalificação do Largo da Feira; reabertura do Mercado Municipal; conclusão da Circular Norte ou Avenida 20 de Julho; requalificação de EN2, no troço que atravessa a vila. Referiu ainda o polivalente das escolas infantis e 1º. Ciclo e do lançamento da zona desportiva da Quinta da Freixeda.

Perguntou para quando está previsto a abertura do GTL de Vidago, a reabertura do Museu da Região de Vidago e sobre a situação do investimento da UNICER naquela Vila.

Terminou dizendo que se congratula com a decisão da Câmara em contrair um empréstimo para pagamento dos Protocolos em débito com as freguesias.

**ANTÓNIO MANUEL SANTANA ABELHA** do PSD – Senhor Presidente, cumpre-me esclarecer esta Assembleia que tratando-se de uma intervenção individual, nela se





revêem, por certo muitos dos meus companheiros social-democratas, mas não obrigatoriamente todos.

Esta curta intervenção reflecte o que senti e sinto em relação a tão importante data como é o 25 de Abril, mas só a compreendo se ela se repercutir em todos os dias da nossa vida colectiva e não como um mero festejo anual que, por si só, em vez de engrandecer Abril, o desgasta inexoravelmente, até que, cedo ou tarde, a memória colectiva pouco o recordará, na sua essência, como acontece, aliás, com o 5 de Outubro – marco glorioso da Implantação da República em Portugal.

Posto este preâmbulo, passemos, pois, à intervenção:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores; Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; Senhores Deputados Municipais; Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Uma vez mais festejamos a histórica Revolução do 25 de Abril. E fazemo-lo com alegria, orgulho cívico e patriótico, pela liberdade, pela democracia – compromissos de honra, plenamente realizados, do Movimento das Forças Armadas, que exprimiam, afinal, as aspirações profundas da nossa gente. Daqui saúdo, em nome do Partido Social-Democrata, os Capitães de Abril, credores de merecido respeito do Povo Português!

A memória dos homens é curta, mas a dos povos não pode ser. Com razão se diz que um povo sem passado não tem futuro! E, numa época perturbada pelas incertezas de um tempo novo, de um milénio, há bem pouco começado, é nosso imperativo de consciência continuar a afirmar Portugal e o valor da sua História, confirmando o nosso voto pelo futuro de uma pátria de cidadãos e de cidadãos livres, em que sejam respeitados os direitos de todos e de cada um. Ora, na magnitude da nossa vida colectiva, a caminho de contar 900 anos, o 25 de Abril marca uma página ímpar. Muitos dos nossos contemporâneos não viveram nas sombras que o precederam e tendem, por isso, a atenuá-las, enfatizando os desvios, os erros, as imperfeições da nossa vida democrática. Sem fechar os olhos àquilo que precisamos corrigir, convém manter uma pedagogia da liberdade e da democracia – bens tão raros e tão preciosos, gozados em plenitude por algumas parcelas da humanidade, entre as quais nós, portuguesas e portugueses, para felicidade nossa e graças à Revolução de Abril. Quem viveu intensamente, intervindo civicamente, este período que ultrapassa seis lustros, celebra sempre com alegria a madrugada primeira do País de Abril, cantado pelos nossos poetas e passam-nos pela memória, em *flashback*, os episódios dessa jornada – inacabada ainda –, os esforços e os combates de então, travados por muitos homens e mulheres, anónimos, na sua maioria, para que a Democracia se instaurasse e consolidasse. Devo, por questão de rigor histórico e honestidade intelectual e moral, relevar algumas figuras brilhantes do PPD de então, com notável destaque, para homens do quilate de Francisco Pinto Balsemão, Mota Amaral e, sobretudo, de Francisco Sá Carneiro, tragicamente desaparecido.

Mas o PPD/PSD não ignora o merecimento dos perseguidos, dos presos, dos torturados, dos desterrados, dos mortos pela Ditadura, e que saudamos com profundo respeito, perante o seu admirável sacrifício.

O 25 de Abril, porém, não se esgota na emoção desse dia libertador e nos acontecimentos, dos meses que se lhe seguiram, e cuja pureza original, em boa hora, o "25 de Novembro" recuperou.

O fruto duradouro da Revolução de Abril é a Constituição de Abril, bem como o regime democrático pluralista por ela estabelecido, a qual elaborada no decurso de enormes vicissitudes e, constituindo, à época, a solução de compromisso possível entre campos ideológicos tão distintos como os partidos que compunham a Assembleia Constituinte, deixava já antever claras demarcações programáticas,



plasmadas nas revisões posteriores, entre uma esquerda revolucionária, utópica, afastada do modelo da chamada Democracia Ocidental, e os *founding fathers* da Democracia Portuguesa: o Partido Socialista (PS) e o Partido Popular Democrático (PPD).

Fala-se muito da necessidade de a democracia portuguesa trilhar novos caminhos – e é bom estarmos constantemente insatisfeitos! A Revolução semeou grandes esperanças, e não queremos desistir das esperanças de Abril. Por outro lado, é certo que o mundo está mudado e não seria ignorar tal mudança e as suas consequências. Essa vertigem da mudança faz, contudo, perder certas referências: vive-se, hoje, para o imediato e para o mediático, tendo em mira o sucesso a qualquer preço, desprezando os legítimos interesses do próximo e mesmo o compromisso solidário entre as gerações passadas e as futuras que é a garantia da dignidade das pessoas e até da sobrevivência de Portugal como nação. É preciso reconhecer e proscrever esse caminho ínvio, pois, uma sociedade egoísta está condenada ao fracasso provocando dramáticos desequilíbrios, desfazendo os valores identitários nacionais, a coesão nacional, gerando uma fractura intergeracional, em suma, condenando-nos, na prática, a um feroz e irracional *struggle for life*, bem distante dos ideais solidários de Abril.

O património de Abril que não foi, não é e nunca será propriedade exclusiva de nenhum Partido, mas sim da universalidade das portuguesas e dos portugueses, sofre, hoje em dia, nalgumas áreas – chave uma delapidação notória. O poder económico parece sobrepor-se ao poder político e este coloca em causa não regalias ou benesses, o que seria perfeitamente legítimo e digno de aplauso, porque vivemos numa República de cidadãos, mas direitos constitucionalmente consagrados como a Saúde; a Educação, a Justiça; o Trabalho.

Numa vertigem maníaco-compulsiva economicista, o poder executivo, diga-se o Governo, diminui ou acaba mesmo, com o modelo social alicerçado no ideário de Abril e sedimentado ao longo de sucessivos governos, nos mais diversos domínios.

Mais: assiste-se a um ataque feroz a múltiplos serviços públicos; a atitudes que roçam o abuso de poder: na relação Governo/Sindicatos, por exemplo; a comportamentos de arrogância de vários membros do Governo quando questionados quer pela Oposição, quer pelos “mass-media”.

O Governo que certamente quer encontrar a solução para a difícil situação económico-financeira que Portugal atravessa, ameaça tornar-se parte do problema.

E, afinal, o que fica de um ano de governação, após a tomada de medidas de uma severidade nunca antes vista? A constatação de um falhanço quase total, que sucessivos relatórios do FMI, da OCDE e do Banco de Portugal apontam.

Se é verdade que é necessária uma revolução de mentalidades, face aos novos desafios, que um mundo em mutação constante exige, não é menos verdade que a mesma não se fará nunca por decreto, por imposição. As reformas inevitáveis e necessárias, em vários sectores, fazem-se com as pessoas e não contra elas.

Com este governo, Abril parece transformar-se, pouco a pouco num qualquer Novembro chuvoso e sombrio.

Prosseguindo nesta senda, lá virá o dia, em que a personagem principal deste enredo sairá das luzes da ribalta e desaparecerá num esconso bastidor.

Será tempo, então, de um novo tempo. Será, de novo, tempo de esperança, será, de novo, tempo de Abril!

Assembleia Municipal de Chaves, 26 de Abril de 2006

António Manuel Santana Abelha – Deputado Municipal – PSD

**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – depois de saudar os presentes disse reafirmar o alerta que lançou à Câmara, na última Assembleia Municipal, em relação às



reposições dos pavimentos. Desde então para cá nada foi feito nesse sentido pelas respectivas empresas do gás e das águas e os pavimentos continuam a degradar-se acentuadamente.

Voltou a referir o trânsito na Rua Alferes João Batista e sugeriu que naquele troço que tem duplo sentido fosse colocado um risco contínuo, para evitar a possibilidade de acidentes. Fez a mesma sugestão para uma alteração feita na Avenida dos Aliados, em direcção ao Forte de S. Francisco.

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – depois de cumprimentar os presentes referiu-se às comemorações do “25 de Abril”, dizendo que passado mais um ano sobre esta data, com todos os altos e baixos, valeu a pena lembrá-la porque graças à revolução de Abril, Portugal tornou-se num País muito diferente, em valores culturais, em progresso e em desenvolvimento.

Referiu-se ao Relatório do Banco de Portugal e das várias Instituições Internacionais, que consideram a situação portuguesa preocupante. Em 2005 o Governador do Banco de Portugal deu cobertura ao Governo do PS, ao dizer que “tudo ia bem e que as medidas tomadas iam levar ao «abaixamento» do défice, a nível interno e externo”. Foi apresentado um orçamento de sacrifício, bem maquilhado e nos primeiros meses do corrente ano, vem o mesmo Governador do Banco de Portugal dizer que a situação económica requer outras medidas, porque senão o défice não desce.

O Dr. Vítor Constâncio, sendo um dos grandes responsáveis pela dissolução da anterior legislatura, começa a dar sinais de não se comprometer com a política económica do actual Governo. Isto porque a despesa em 2005 aumentou o dobro relativamente a 2004; o défice não desce, apesar ao aumento das receitas; as exportações não aumentam; cai o investimento, baixa a produtividade; aumenta o endividamento das famílias; há novos métodos para a avaliação do desempenho e há um forte risco do aumento da pobreza, sobretudo na população idosa.

A política da Saúde do Governo, está a “convidar” os Portugueses a ir nascer a Espanha.

O Ministério das Finanças preocupa-se em fiscalizar os portugueses economicamente mais débeis, mas não tem a mesma política controladora para os Bancos que anualmente apresentam lucros fabulosos.

Enquanto congelam as carreiras dos funcionários públicos, aumentam a idade da reforma, extinguem serviços no interior e concentram-nos nos meios grandes – até o 112 foi sediado no Porto.

O Partido Socialista não se pode esquecer que nos últimos dez anos esteve sete no Governo da Nação, razão porque não pode deixar de ser responsabilizado pela má governação. Portugal precisa de uma boa política social e não de uma política de criar mais pobres.

O Senhor deputado Trindade Mendes na sua intervenção referiu-se ao Paiol que está para ser construído na zona de Sanjurge, mas o mesmo Paiol, do mesmo empresário esteve instalado na zona da Várzea, numa zona habitacional densa e a então Câmara Socialista nada fez para modificar a situação, vindo agora criticar, quando, segundo consta, o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Sanjurge colaborou na venda do terreno para aquele efeito.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PÓVOA DE AGRAÇÕES – Eduardo Augusto Fraga da Cruz** – disse que no Plano Plurianual de Investimentos, desde 2002, constam obras para a sua freguesia que “penso” não terem sido executadas, e como não estão cabimentadas nem programadas pediu ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimento sobre o assunto.





Que durante o ano de 2005 a Câmara lhe transferiu em investimento o valor de seis mil euros, o que, distribuído por cinco aldeias não chega a mil e duzentos euros por aldeia e que se deve ter em conta a desertificação das freguesias mais rurais, construindo infraestruturas que fixem as pessoas, nomeadamente acessos e saneamento.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – depois de saudar os presentes referiu-se à economia nacional, tendo em conta os tópicos que retirou do Boletim Económico do Banco de Portugal, de 18 de Abril de 2006 a citar: reduzido crescimento da actividade – a taxa de crescimento do produto interno bruto foi de apenas 0,3%, face a 1,1% de crescimento em 2004, essencialmente devido à quebra de investimento e ao fraco contributo das exportações. Na actualização de Dezembro de 2005, no Programa de Estabilidade e Crescimento o Governo estimava uma taxa de crescimento do PIB, na ordem do 0,5%, Acresce um agravamento do défice orçamental – 6,0% em 2005, quando em 2004 foi de 5,3% do PIB, excluindo as medidas extraordinárias. O Governo do Partido Socialista agravou o défice em 0,7%. O valor do défice, de acordo com o reporte «défices excessivos» entregues pelo Governo em Bruxelas, no passado 31 de Março, ascendeu a 8.866,7 milhões de euros.

Houve também um agravamento da Dívida Pública, tendo atingido em 2005, 64% do PIB, contra apenas 58,6% em 2004. O limite imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento situava-se nos 60%. Houve também um agravamento de divergência real face à zona euro - o crescimento da economia portuguesa foi de apenas 0,3%, quando a média registada na Europa, foi de 1,4%.

Houve um reduzido crescimento nas exportações; uma diminuição do ritmo de crescimento das importações; estagnação do emprego e aumento significativo da taxa de desemprego (7,6% em 2005, contra 6,7% em 2004); reduzido aumento da produtividade por trabalhador; agravamento dos custos unitários do trabalho; aumento da despesa em 2005 – crescimento em 6,8% da despesa corrente primária, crescimento em 6,3% da despesa total e crescimento do peso da despesa total do PIB em 1,6% em 2005; aumento da receita em 2005 – crescimento em 5% da receita total, crescimento do peso da receita total do PIB em 0,9% em 2005 e um crescimento da receita fiscal do PIB de 7,5%, face a 2004, cerca de mais 2.118.000 euros, justificado pelo aumento da taxa normal do IVA e da eficácia na cobrança fiscal.

Segundo o acima mencionado Boletim, a evolução da economia portuguesa em 2005 foi marcada pelo reduzido crescimento da actividade, a estagnação do emprego e o aumento da taxa de desemprego. O aumento da receita fiscal não foi suficiente para impedir novo agravamento das contas públicas.

As perspectivas para 2006, segundo as publicações mais recentes do Fundo Monetário Internacional e da OCDE referem que foi revista em baixa a sua previsão do crescimento real do PIB. A previsão do aumento da taxa de desemprego em Portugal, durante o corrente ano, para 7,7%, ao contrário da média da zona euro que deverá descer para 8,3% e em 2005 situou-se em 8,6%. A OCDE prevê um crescimento médio da economia portuguesa entre 2005/2010 de apenas 1,7%, enquanto a zona euro deverá crescer em média mais de 2,1%. O Partido Socialista em 2005 aumentou o peso da receita total do PIB em apenas 0,9%, mas aumentou o peso da despesa total em 1,6%, agravando, desta forma, o défice público.

A concluir a sua intervenção disse que não há qualquer indicador económico - financeiro que prove que a economia do País em 2005 estava melhor do que em 2004.



**AMÉRICO JORGE DA FONSECA** do PS – referiu-se ao estacionamento automóvel na cidade, que, no seu entender, cada vez é mais difícil de resolver, não só pelo aumento constante de veículos automóveis, mas porque os espaços disponíveis diminuem, devido às várias utilizações que lhe vão sendo dadas. Disse que em Espanha para colmatar essa falta têm sido construídos parques subterrâneos ao longo das grandes avenidas, que são concessionados sob determinadas condições. Para colmatar essa falta deixa as seguintes sugestões: arranjo, mesmo que o título provisório do espaço em frente aos Bombeiros de Salvação Pública; arranjo do espaço existente na Raposeira; Aquisição ou aluguer de quintais existentes entre a Muralha e a rua do Sol, retirando dali o lixo, ratos e cobras; arranjo no espaço disponibilizado pela Câmara nas Longras, que quando chove impede a sua utilização total.

**MANUEL DOS ANJOS MONTALVÃO MACHADO**, do PSD – disse que a capital do Distrito sempre que pode, desvia de Chaves obras e serviços, com a justificação de que Vila Real é mais central.

Referiu concretamente a Polícia Judiciária, a secção de Veterinária da UTAD, desde início prevista em Chaves e que lhe consta que alguns cursos aqui radicados, regressarão brevemente a Vila Real.

Agora está em risco de desaparecer a Maternidade de Chaves, obrigando as futuras mães a deslocarem-se a Vila Real, quando as nossas instalações são iguais ou superiores àquelas. Esta imposição absurda do Senhor Ministro da Saúde para desviar a Maternidade, pode ser o início de uma primeira fase, porquanto se consta que outros serviços serão também transferidos para o Centro Hospital de Vila Real/Réguas.

O Presidente da Câmara de Barcelos, perante decisão igual, interpôs um recurso contra o Senhor Ministro, o que no meu entender é correcto. Não é correcto é que, por uma questão economicista, as mães de Segre, Travancas, Salto, e outros lugares, onde os acessos são tão difíceis, sejam obrigadas a deslocarem-se a Vila Real para darem à luz os seus filhos.

Terminou dizendo que para que se cumpra o “25 de Abril” temos de estar todos unidos e lutar contra estas tomadas de posição do Governo.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BUSTELO – Gilberto Reis Sousa** – usou da palavra para dizer que, num dia em que se comemorou o dia “25 de Abril”, ouviu com alegria o discurso do Senhor Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, pois o seu conteúdo visou a injustiça social que hoje existe no País, provando aos que nele votaram e aos que não votaram, que não serão defraudados e que pugnarão por um País mais solidário e mais justo socialmente.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA**, da CDU – disse que a intervenção do Senhor deputado Luís Geraldês veio demonstrar o quão útil poderia ter sido se o assunto das grandes superfícies tivesse sido oportunamente discutido nesta Assembleia. Chamou novamente a atenção para o facto de os autocarros que vêm de zona de Bóveda trazerem diariamente muitas pessoas de pé, na sua maioria estudantes e sugere que a GNR faça uma fiscalização para comprovar esta realidade. Um dia pode haver um acidente que pode trazer graves consequências para os ocupantes.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou os presentes e em seguida justificou a ausência do Senhor Vereador António Monteiro Cabeleira, da Senhora Vereadora Maria Aline da Silva Ferreira Caetano e também a da Senhora deputada Paula Cristina Barros Teixeira dos Santos. Esta última não tendo conseguido



contactar a Mesa da Assembleia solicitou à Câmara que fizesse chegar a este Órgão a sua impossibilidade de estar presente.

Saudou o “25 de Abril”, quer na sua dimensão revolucionária, quer na sua dimensão festiva, quer nos efeitos que aportou ao povo português, nomeadamente a possibilidade de ser vivido de uma forma diferente pelas pessoas. E já não é o primeiro “25 de Abril” em que aqui na Assembleia Municipal, por exemplo, são distribuídos panfletos anónimos. Por isso cada um vive esta data à sua maneira – uns cobardemente, outros trabalhando, tomando decisões e respeitando a democracia.

Sobre o ofício emanado da ACISAT disse que há vários exercícios de reflexão sobre o alastramento das grandes superfícies a todas as zonas do País e que justificam a tomada de posição do Município de Chaves sobre esta matéria, nomeadamente: a área comercial em causa - 8.178 m<sup>2</sup> de superfície; a criação de 176 postos de trabalho; as contrapartidas urbanísticas exigidas aos operadores e o pagamento das taxas e licenças em vigor no Município.

Num documento emitido pela DECO, em que compara os preços praticados pelas superfícies existentes actualmente em Chaves, conclui – se que aqui os produtos são em média mais caros 17 %, do que no resto do país. O Distrito de Braga, citado pelo Senhor deputado Luís Geraldês, na sua intervenção, onde existem inúmeras superfícies desta natureza, aparece neste documento da DECO, como o mais barato em termos de preços ao consumidor.

O Ministério da Economia tem parâmetros de análise para estas situações: 1º. Concorrência; 2º. Postos de Trabalho estáveis a criar (mínimo de cinco anos de trabalho); 3º. Influência no Comércio Local; 4º. Venda de Produtos Locais para as grandes superfícies (o Modelo está a ser abastecido, em parte, por agricultores do concelho de Chaves).

À semelhança do Senhor deputado Luís Geraldês, também estive presente nessa reunião da ACISAT e tive a oportunidade dizer aos comerciantes de Chaves, que em vez de se mobilizarem contra qualquer coisa, o fizessem a favor. Nunca vi os comerciantes de Chaves mobilizados e preocupados com a forma de colocar produtos no Mercado Abastecedor ou com a animação do Centro Histórico – neste momento têm a excelente oportunidade de se juntarem e adquirirem o Cine-Teatro.

No meu entender as novas unidades não vão competir com o comércio local, mas sim entre elas e isso vai, concerteza, beneficiar os consumidores. E apesar da crise existente durante o ano de 2005, foram passadas 470 licenças de construção, entre as quais 15 para estabelecimentos comerciais e 55 para estabelecimentos de restauração e bebidas. Estes dados servem para aprofundar a reflexão sobre a matéria. Os comerciantes podem solicitar o alargamento de horários, nomeadamente à noite.

Seguidamente respondeu às questões que foram colocadas pela ordem de intervenção dos Senhores deputados.

- O Senhor Deputado **Manuel Justino Matos Cunha** enunciou dois princípios: o do consumidor/pagador e o do custo/benefício. Concorde genericamente com o primeiro, porque aqui, as opções que se tomam, são um dever de justiça. Com o custo/benefício não concordo e aqui coloco as questões da Maternidade e do Hospital de Chaves, que não podem ser uma opção tomada, sob esse princípio, porque isso não contribui para o bem-estar das populações. Nas restantes questões que colocou, a Câmara cumpre rigorosamente a Lei.
- O Senhor deputado **José António Trindade Mendes** referiu-se à questão das grandes superfícies comerciais. O Partido Socialista o que põe em causa é a forma, porque quanto ao conteúdo estão de acordo. Prova disso é a resposta dada pelo Presidente da Comissão Política do PS numa entrevista a um semanário local.



O Partido Socialista continua a referir o problema do estacionamento, mas não o faz com verdade e eu pergunto-lhes, antes de 2004 onde estavam os 103 lugares que existem junto à Administração Florestal e os cerca de 200 que agora existem nas Longras. São 303 lugares disponibilizados por esta Autarquia. Os locais onde agora foram colocados os parcómetros foram autorizados por esta Assembleia Municipal no ano de 2000. A Autarquia está a procurar retirar o trânsito do Centro Histórico progressivamente e o estacionamento que ficar será pago.

Sobre o Paiol de Sanjurge entrou um pedido na Câmara que cumpria os requisitos legais. Foram pedidos os respectivos pareceres às entidades competentes, que têm parecer vinculativo e perante o seu pronunciamento positivo, à Autarquia apenas lhe restou colocar o processo a inquérito público. Nessa fase surgiu um documento emitido pela Junta de Freguesia concordando com a instalação do referido Paiol. A Assembleia de Freguesia decidiu, legitimamente, pronunciar-se em sentido contrário e apresentou uma exposição, dentro do prazo. O processo foi reapreciado pelas mesmas entidades que mantiveram a posição anterior e em função disso, também a Câmara Municipal manteve a posição de deferimento.

Relativamente à situação de que o Senhor deputado referiu sobre a unidade de Outeiro Seco, efectivamente houve essa tomada de posição, no entanto também, neste momento está em inquérito público o pedido de instalação de um armazém de explosivos naquela freguesia. Os processos quando entram na Câmara são apreciados em função das normas regulamentares em vigor e não da proximidade política das freguesias e desde que cumpram essas normativas serão, concerteza, aprovados.

Os acessos de Outeiro Seco são diferentes dos de Sanjurge, como todos sabem. Estes produtos ligados às actividades pirotécnicas vêm da China por barco até Roterdão. Daí são transportados em camiões TIR através de várias auto-estradas da Europa e até hoje nunca houve qualquer acidente provocado pelos explosivos e seria realmente muito azar que isso viesse a acontecer em Sanjurge ou em Outeiro Seco. Há condições de segurança rígidas exigidas para o transporte e armazenamento deste tipo de materiais. Aqui não há manuseamento, porque o produto final já vem concluído da origem.

- Da intervenção feita pelo Senhor deputado **Luís Geraledes Teixeira Araújo**, só posso realçar a honestidade e frontalidade com que tratou os assuntos.
- O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vidago** disse que durante um ano não houve alteração no andamento das obras que mencionou, o que não é totalmente verdade. Há um ano atrás o Mercado de Vidago não estava coberto e hoje está; as Águas de Portugal não tinham feito qualquer intervenção no espaço da Feira, hoje está feita; não havia o Nó da ligação da A24 a Vidago, hoje está praticamente concluído; a requalificação de EN2 só este ano foi posta a concurso pelas Estradas de Portugal e por esse motivo também só este ano é que a Câmara pode intervir com as infraestruturas subterrâneas; o GTL de Vidago há um ano não existia e hoje está a funcionar; O Museu de Vidago está fechado porque tem uma média de dois visitantes por semana e tem ainda um problema de infiltração de águas que está a deteriorar as peças, havendo necessidade de primeiro intervir no espaço e em seguida no tratamento e recuperação das peças. A Biblioteca irá funcionar no novo espaço.

Sobre as Escolas de Vidago a Associação de Pais foi de opinião que se colocassem imediatamente todos os alunos na escola da Vila, uma vez que dispõe de um espaço suficiente para acolher os alunos todos e perante isso não há razão para se construir um novo Centro Escolar. Vamos manter em funcionamento a actual escola do 1º. Ciclo, vamos progressivamente abrir o espaço da nova escola a alunos do 3º e 4º anos, para que no futuro possa acolher as crianças de todo a região de Vidago. Já





este ano foi substituído o sistema de aquecimento, de lenha para gasóleo e interviemos na escola no sentido de a dotar de melhores condições.

A UNICER apresentou na Câmara Municipal os pedidos de licenciamento para as obras. A Câmara enviou-os às várias entidades que têm de se pronunciar, aguardando-se os necessários pareceres.

- Relativamente à intervenção do Senhor deputado **António Manuel Santana Abelha**, concordo com ela genericamente, embora pontualmente lhe reconheça algum exagero, fruto da sua veia literária e da inspiração momentânea, e também da forma como reage frontalmente às situações.

- O Senhor deputado **Anselmo José Martins** fez duas sugestões em relação ao trânsito na Rua Alferes João Batista e na Avenida dos Aliados que agradecemos e vamos tomar em consideração.

A repavimentação das várias ruas já recomeçou quer pela empresa das Águas de Trás-os-Montes como também pela *Transgás*.

- O Senhor deputado **José Pimentel Sarmento** referiu-se, entre outros assuntos, à centralização. Efectivamente corremos dois riscos sérios na Reorganização que está a acontecer no País, porquanto os Serviços a extinguir na sua maioria situam-se no interior. Através da ANMP já lançámos um alerta no sentido de haver uma distribuição de Serviços equitativa e solidária para com o interior. Caminhamos lentamente para uma Regionalização, lançando para as 5 Regiões Plano a desconcentração de Serviços e tudo o que se relaciona com a gestão de Fundos Comunitários e outros. O próximo QREN vai ser tutelado pela CCDRN. Os Municípios aparecem associados às NUT`S. No Norte há três espaços importantes – a Zona Metropolitana do Porto, o Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro e é nesse contexto que o Plano Regional de Ordenamento do Território está a ser elaborado; está mais adiantado relativamente a Trás-os-Montes, com prioridades absolutas no próximo QREN, nomeadamente o investimento na rede escolar, na construção de novos Centros Escolares, ou recuperação do edificado e na construção do IC5 que depois das actuais vias em conclusão é a que vai estruturar o território de Trás-os-Montes de forma transversal, ligando Vila Pouca de Aguiar a Miranda do Douro.

Está prestes a ser publicado um documento sobre as cidades médias e aí poderemos deduzir qual a vocação e o posicionamento de cada uma delas. No mandato anterior antecipamo-nos em três linhas essenciais – Saúde e Termalismo; Agro-Alimentar e Logística de Transportes. Estamos a preparar com as Águas de Trás-os-Montes a questão dos abastecimentos em baixa. Já reunimos com as Juntas de Freguesia nesse sentido. É um problema que teremos de enfrentar, nomeadamente o cumprimento de prazos até ao final do ano. Há 3.200 milhões de euros no País para abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Queremos ter uma parte significativa desse valor e estamos a preparar a nossa proposta de participação nos Fundos Comunitários disponíveis.

Temos de saber posicionar-nos para que na nossa Sub-região possamos ter o que é importante para uma vida com melhor qualidade.

Neste caso concreto da descentralização a Maternidade não é uma questão técnica, mas sim um símbolo de vida e por essa razão devemos lutar por ela.

- O Senhor deputado **Manuel dos Anjos Montalvão Machado** referiu a questão da deslocalização de Serviços, destacando a Maternidade. A nossa posição é lutar com firmeza, até ao fim pela nossa Maternidade. A posição de Barcelos em colocar uma providência cautelar sobre a qual haverá pronunciamento levou – nos a alertar o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Chaves, para accionar os serviços Jurídicos e a Autarquia, se for caso disso, tomará igual medida junto do Tribunal Administrativo de Mirandela que nos superintende juridicamente.



- O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Agrações** em 2005 não recebeu apenas os seis mil euros para investimento que mencionou, mas sim oito mil como pode comprovar nos documentos que lhe foram entregues. Para além deste valor a sua Junta de Freguesia recebeu directamente da Câmara, sem contar o FEF, entre 2002 e 2005 a quantia de 75.200,00€, devendo-se ainda 8.000,00€. Aqui o Senhor deputado **Francisco António Chaves de Melo** fez uma interpelação dizendo que não lhe foram entregues todos os documentos relativos Prestação de Contas, nem mesmo ao Grupo Municipal do seu partido.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, usou da palavra para dizer que o que ficou assente, nesta Assembleia foi que cada Grupo Municipal receberia um exemplar na forma que previamente escolheu – papel, CD ou E-mail – e que haveria sempre um dossier completo nos Serviços da Assembleia, para consulta. Efectivamente os Serviços de apoio à Assembleia Municipal confirmam que foi entregue a documentação em CD à Líder do Grupo Municipal – Senhora Deputada Paula Cristina Barros, na sua residência, com 8 dias de antecedência e o respectivo recibo foi assinado por uma sua colaboradora. De qualquer forma os Serviços da Assembleia, nos oito dias que passaram, tinham fornecido a documentação a quem a solicitasse, mesmo sabendo que a tinham entregue com a devida antecedência.

*Foi de novo dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara*

- O Senhor deputado **Américo Jorge da Fonseca** referiu essencialmente a questão do estacionamento, que já expliquei, na sequência de outras intervenções. Neste momento está a ser elaborado um projecto para um parque de estacionamento subterrâneo junto ao SLAT, pelo que não será muito aconselhável uma intervenção de fundo à superfície. Relativamente à zona da Raposeira os serviços da Autarquia irão, em breve, proceder ao seu arranjo não só em termos de jardim mas também de estacionamento. O terreno que mencionou entre a Muralha e a Rua do Sol é privado. O Parque das Longras será melhorado dentro do possível.

O **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PÓVOA DE AGRAÇÕES – Eduardo Augusto Fraga da Cruz** pediu a palavra dizer que em 2005 recebeu da Câmara Municipal para investimento seis mil euros e dois mil e novecentos euros para despesas correntes, onde se inclui despesas relativas a actos eleitorais, recenseamento, dia do idoso etc.

Que efectivamente nos últimos quatro anos recebeu para obras, referente aos protocolos previamente assinados 55.000,00€, mas que na sua intervenção anterior se referiu a grandes obras como o saneamento e estradas de ligação entre as várias aldeias.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor Presidente da Junta que o que na realidade recebeu em 2005 foram 8.000 euros de investimento mais 2.900,00€ de despesas correntes e que no último mandato recebeu efectivamente 75.200,00€ na totalidade (investimento e correntes).

**DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES**, do PS – usou novamente da palavra para dizer que, sobre a instalação das grandes superfícies faz suas as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Manuel Justino Matos Cunha, no sentido de que se deve cultivar o espírito de diálogo e de consonância das posições que são tomadas.

Em relação ao PAIOL considerou que os requisitos técnicos tivessem sido rigorosamente cumpridos, mas os legais não o foram, uma vez que não houve uma



consulta pública favorável e não foi tida em consideração a posição de uma comunidade, através do seu Órgão deliberativo.

Terminou perguntando qual foi a devida valoração do interesse público e se a Autarquia ao licenciar o PAIOL prestou um bom serviço à população de Sanjurge.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado José António Trindade Mendes, dizendo que a discussão sobre qualquer assunto nunca é demais, mas por vezes essa discussão surge quando serve para criticar a decisão que foi tomada.

Sobre o PAIOL de Sanjurge, depois de obtido o parecer das várias entidades que por imperativo da lei têm de ser consultadas e o seu parecer é vinculativo, foi para inquérito público: a resposta ao inquérito apontou posições desfavoráveis, nomeadamente a da Assembleia de Freguesia de Sanjurge. Perante isso voltou o processo a ser remetido às mesmas entidades que não alteraram a posição anterior.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**

#### **FEVEREIRO**

**Dia 24 - Reunião da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal/Galiza em Santiago de Compostela:**

- Transferência da Presidência da Comunidade para a Junta da Galiza;
- Ponto da Situação dos Projectos Comuns do Programa INTERREG III A

#### **MARÇO**

**Dia 2 - Reunião com o Conselho de Administração da Empresa de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro:**

- Apresentação do PEAASAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais). Novas perspectivas perante o próximo QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional). Investimentos previstos e possíveis.
- Medição dos caudais de afluência às ETAR'S (Estações de Tratamento de Águas Residuais).

**Dia 14 – Reunião da Secção de Municípios de Montanha na sede da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses):**

- Congresso Europeu em Chaves (14 a 16 de Setembro de 2006);
- Município de Chaves – relator do tema “Regiões de Montanha e Desenvolvimento sustentável”.

**Dia 15 – Assembleia - Geral da Empresa Águas de Trás-os-Montes:**

- Relatório de Actividades e Contas 2005.  
- *Conselho Regional:*
- Apresentação do PEAASAR II e PERSU II (Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos);
- Acções de Sensibilização.

**Dia 20 – Assembleia - Geral da IBERÁGUAS;**

- Relatório de Actividades e Contas 2005;



- Continuidade em 2006 dos Programas analíticos específicos indicados pela Tutela;
- Apresentação na DGGE (Direcção Geral de Geologia e Energia) do dossier referente ao perímetro de protecção;
- Trabalhos de monitorização da captação;
- Benfeitorias e monitorização nas captações existentes;
- Ensaios de caudal;
- Estudos adequados para nova captação;
- Estudo de viabilidade da exploração.

**Dia 21 – Dia Mundial da Árvore:**

- Apresentação didáctica da reflorestação de 1 há de área ardida na Quinta do Rebentão.

**Dia 22 – Aniversário da UTAD:**

- Afirmação do Senhor Reitor referente à vontade e necessidade de a UTAD manter e desenvolver o Pólo de Chaves.

**Dia 23 – Assembleia - Geral da RESAT:**

- Relatório de Actividades e Contas 2005  
- Assembleia – Geral da Chaves Parque;
- Relatório de Actividades e Contas 2005.

**Dia 24 – Reunião em Vila Real com as Estradas de Portugal:**

- Intervenções no Concelho – EN2, EN103 e EN103/5; Vidago; Ligação EN 103/5 – 213; PNR 2000 (Plano Rodoviário Nacional); Ligação A24 – A52.

**Dia 27 – Dia da Unidade RI 19:**

- Manutenção da Unidade com novas funções, dependente da Brigada de Intervenção.

**Dia 28 – Reunião em Santiago de Compostela da Comissão Executiva do Eixo Atlântico:**

- Aeroportos e Aérodromos no Norte de Portugal e Galiza;
- Intermodalidade dos Transportes.

**Dia 29 – Reunião em Lisboa com o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades:**

- RIP (Reconhecimento de Interesse Público) dos terrenos cedidos pela Autarquia ao Hotel Aquae Flaviae;
- Candidatura (s) à Reabilitação Urbana.  
- Reunião com o Sr. Director do INAG (Instituto Nacional da Água);
- Localização das Piscinas Municipais e Fundação Nadir Afonso;

\* De relevar a presença e empenho da Sra. Deputado Dra. Paula Barros.

**Dia 30 – Conselho Geral da Empresa Municipal:**

- Relatório de Actividades e Contas 2005.  
- Reunião com a Associação de Pais e Conselhos Executivos dos Agrupamentos do Concelho;
- Apoio unânime à Reorganização da Rede Escolar proposta.

**Dia 31 – Assembleia - Geral do MARC SA:**

- Relatório de Actividades e Contas 2005

## ABRIL

**Dia 3 - Assembleia Geral da Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves:**

- Relatório de Actividades e Contas 2005;
- Adesão como Associado de Natureza Colectiva da Misericórdia de Boticas;





- Situação presente e perspectivas da Instituição.
- Dia 4** – *Continuação da Assembleia – Geral da Empresa Águas de Trás-os-Montes.*
- Dia 5** - *Reunião com as Juntas de Freguesia:*
- Pagamento das dívidas;
  - Implicações do PEAASAR II e PERSU II
  - Novas perspectivas de financiamento das freguesias;
  - Associações de Freguesias.
- Dia 6** - *Congresso em Chaves da Associação Nacional das Regiões de Turismo.*
- Dia 11**- *Conselho Regional - QREN 2007/2013.*
- Dia 12**- *Reuniões Sectoriais sobre o PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território):*
- Acessibilidades e Turismo.
- Dia 13** – *Visita Oficial ao Concelho do Senhor Governador Civil:*
- Bombeiros e Forças de Segurança (PSP e GNR).
- Dia 17** – *Conselho Municipal de Educação:*
- Aprovação da Reorganização da Rede Escolar 2006/2007 e perspectivas futuras.
- Dia 19** – *Reunião com o Senhor Ministro da Saúde*
- Prioridades Nacionais na Saúde:
  - Gastar melhor sem gastar menos. Resposta mais eficaz dos serviços às expectativas das pessoas.
  - Ampliar o acesso à Saúde com qualidade:
    - Cuidados Primários (Unidades de Saúde familiares);
    - Apoios a idosos e dependentes.
- Concelho de Chaves :**
- a) Em curso – Ampliação do Centro de Saúde nº. 1 (em concurso);
- Centro de Atendimento (CAT).
- b) – Hospital Distrital - Serve 54% do território e 40% da população do Distrito;
- Hoje é tão fácil ir ao Porto como a Vila Real. Idem a Guimarães e Braga.
  - Investimento recente de cerca de 6.000.000 €:
    - 1.270.000€ – Medicina Física e Reabilitação – Com os melhores serviços e mais médicos na Região;
    - 3.500.000€ – Informatização – Prémio Nacional – Revela iniciativa, coragem, visão de futuro e esforço em responder aos novos desafios no campo da Saúde.
    - 700.000€ - Digitalização Radiologia;
    - 350.000€ - Central de Esterilização;
    - 230.000€ - Reformulação do Bloco de Actividades Cirúrgicas.
      - Dinâmica Local – Cidade Média com presença significativa no Turismo do Norte de Portugal e com fluxo ímpar de investimentos em curso.
      - Saúde é fundamental nesta dinâmica.
        - 180 Urgências/dia (10/15 a exigir intervenção imediata).
- Na hora de decisões fulcrais exigimos manter o nível actual.*
- Dia 20** – *Conselho de Administração da AMTAD.*
- Prioridade nos investimentos na Educação
  - IC5 – Prioridade máxima nas acessibilidades
  - Reforçar o nosso papel de contraponto à “Litoralização” de Investimentos e Serviços.



**INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 20 DE ABRIL DE 2006.**

**1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:**

Dotação Actual do PPI.....	34.799. 643,59€
Dotação Cabimentada .....	25.718. 482,42€
Taxa de Execução Física do PPI .....	<b>73,91%</b>

**2 – Execução do Orçamento:**

**2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:**

Dotação Actual do Orçamento .....	55.335.144,76€
Dotação Cabimentada .....	35.628.160,27€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa .....	<b>64,39%</b>

**2.2 . Execução do Orçamento da Receita:**

Dotação Actual do Orçamento.....	55.335 144,76€
Receita Liquidada .....	7.913.240,78€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	<b>14,30%</b>

**3 – Situação das Responsabilidade Financeiras Assumidas pela Autarquia:**

**3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:**

Data	Dívida de Curto Prazo
2005.06.21	8.776.679,10 €
2005.09.09	9 217.566,66 €
2005.12.22	10.028.673,83 €
2005.12.31	9.947.882,99 €
20056.04.20	14.681.099,60 €

**3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:**

Data	Dívida de M/L Prazo
2005.06.21	14 .038.483,41€
2005.09.09	15.728.379,19 €
2005.12.22	16.090.527,51 €
2005.12.31	16.274.707,51 €
2006.04.20	16.870.072,39 €



Para discussão deste Ponto inscreveram-se os seguintes deputados:

**RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA** da CDU – usou da palavra dizendo que a sua presença neste Fórum se deve à necessidade do seu camarada André Silva ter pedido a suspensão do mandato, por questões profissionais, o que, no seu entender, é uma prova de que há falta de emprego no nosso concelho para os recém licenciados.

Disse ser agradável ver jovens da sua geração a fazerem parte desta Assembleia e saudou as referências feitas à Revolução do “25 de Abril”, da qual se considera “filho”. Que espera aprender de todos os presentes e dar também o seu contributo.

Lembrou a homenagem prometida ao Senhor Marechal Costa Gomes, que ocupou o cargo de Presidente da República no “pós” 25 de Abril.

Perguntou onde será localizada a Fundação Nadir Afonso e para quando está prevista a sua construção.

Pede informação sobre a Escola Superior de Saúde e sobre a continuidade ou não do Pólo da UTAD e ainda sobre os prazos do Programa Polis.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado saudando a sua presença nesta Assembleia e também a sua intervenção dizendo que é com agrado que vê os jovens interessados em participar, activamente, no desenvolvimento do nosso Concelho.

A Câmara Municipal em devido tempo, deliberou que fosse feita uma homenagem ao Senhor Marechal Costa Gomes. Entendeu-se que o espaço adequado será a ligação à cidade desde a rotunda do Nó de Sanjurge, a qual se encontra em construção. Quando essa ligação estiver pronta será lançado um concurso de ideias para determinar a forma dessa homenagem.

A localização definitiva da Fundação Nadir Afonso está prevista para as Longras; esteve dependente do parecer do Instituto da Água que, nesta altura já se pronunciou, aguardando-se a autorização escrita do Governo para avançar com os respectivos projectos.

Sobre a Escola de Saúde e Pólo da UTAD, o que está em causa é uma decisão do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, com o qual estamos em contacto, juntamente com a Reitoria da UTAD, no sentido de dizerem se querem ou não o ensino Superior em Chaves. A Câmara disponibilizou instalações adequadas e por isso deixou de pagar a renda do edifício que a UTAD ocupava. Os 512 alunos que hoje frequentem o Ensino Superior têm um edifício com todas as condições. A Escola Superior de Enfermagem aceita integrar-se na UTAD mas se a Universidade não estiver interessada terá de procurar outras parcerias.

O Programa Polis teve o seu término programado para Dezembro de 2006. Neste momento foi autorizado, quer pelo Gabinete do Polis, quer pelo Ministério do Ordenamento do Território e das Cidades, o prolongamento de execução de obra, até Dezembro de 2007, porque todas as obras vão ser lançadas de Junho a Dezembro de 2006, com execução calendarizada para 2007.

Estamos a negociar a continuidade do Programa na requalificação de espaços que não cabem dentro do Polis, mas que são absolutamente necessárias para a cidade.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que acabou de receber um telefonema da Senhora deputada Paula Cristina Barros, dizendo que não recebeu os documentos em suporte de CD. Está em poder da Mesa um documento assinado por uma funcionária da Senhora deputada que prova que recebeu os documentos. O funcionário que fez a entrega pessoalmente afirma terem-lhe sido entregues na sua residência.



**DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS**, do PS – disse que para tudo é necessário haver um pouco de bom senso. Disse lamentar a linguagem que comparou metaforicamente um deputado a uma figura de uma banda desenhada.

**PONTO 2 - PROPOSTA DE ADESÃO À AICE (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS). INFORMAÇÃO Nº. 70/DED/06 DE 2006.02.17;**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da Proposta esclarecendo que a mesma diz respeito à adesão do Município de Chaves à Associação Internacional de cidades Educadoras, a qual foi criada em 1990 e foi sendo enriquecida com a adesão de diversas cidades de todas as partes do Mundo. Os princípios estão devidamente definidos na respectiva Proposta.

*Em seguida usaram da palavra os seguintes deputados:*

**ANA PAULA FERNANDES DE JESUS MOURA**, do PS – Disse que a sua bancada acolheu com muito agrado a Proposta de adesão à AICE, porque se trata de um projecto muito nobre e muito pertinente para a sociedade actual, dado que tem como base duas declarações muito importantes: a Declaração dos Direitos Humanos e a Declaração da Diversidade Cultural, a qual assenta em dois princípios basilares: o da democracia participativa e o da cidadania responsável e que ambos devem ser promovidos e enraizados na nossa sociedade.

**FERNANDO MANUEL ESTEVES PINTO**, do PSD – disse estar plenamente de acordo com o que foi dito pela Senhora deputada Ana Paula Moura. Que este é um documento que qualquer governo pode aprofundar e que à primeira vista parece um documento da UNESCO ou das Nações Unidas para os Países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, mas não é isso. Aprofundando-o vemos que apela à democracia participativa - aqui as Câmaras Municipais têm uma função importante a desempenhar, e os cidadãos também deverão tomar consciência que têm de participar. Não se pode chegar a uma Assembleia Municipal ou a qualquer Órgão Autárquico e exigir que se faça isto ou aquilo. Todos temos direitos mas também temos deveres e esses deveres muitas das vezes é tomar consciência que devemos participar, formando associações cívicas, lutando por um melhor nível de vida, quer no aspecto económico, ecológico, político, social etc. Este é um documento de cidadania e espera que seja votado favoravelmente.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 3 - PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO CONCELHO DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº. 141/DED/06, DE 2006.04.03;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a grande alteração em termos de impulso à Reorganização da Rede Escolar deu-se a partir de 2005 com o Governo que, através do Ministério da Educação entendeu avançar com essa Reorganização. Os Municípios que tinham o processo em elaboração foram convidados a reunir esforços no sentido de fazer propostas da Rede Escolar.

No Município de Chaves há três pontos a realçar: 1 - a Proposta da Direcção Regional de Educação do Norte que tinha em consideração apenas o número dos alunos; 2 - a Proposta dos Agrupamentos que corrigia algumas daquelas situações que por virtude da simples análise numérica levaria a distorções numa proposta final;





3 – a Posição do Município de Chaves que entendeu intervir em determinadas situações, nomeadamente: a regra dos vinte alunos para suspensão de escolas, ficando o limite em 10 alunos matriculados no ano lectivo em curso. Há dois casos de menos de 10 alunos matriculados que foram devidamente ponderados – Arcossó e Vilarinho das Paranhos; há situações de freguesias que têm mais do que uma escola, onde se juntaram os alunos numa só para perfazer o número exigível e aí propusemos a sua continuidade, o que foi aceite. Posteriormente surgiram três situações independentes das negociações normais, onde falei com os pais dos alunos, designadamente nas freguesias de Nogueira da Montanha, Moreiras e Santa Leocádia, conforme já anteriormente expliquei. A reabertura da escola de Águas Frias foi pedida à DREN em primeiro lugar pela Câmara Municipal e em seguida pelo Agrupamento, canalizando para ali os alunos de Bobadela e Tronco, em virtude de os acessos a Cimo de Vila não estarem operacionais. Este circuito foi subdividido em três para facilitar e aportar melhores condições aos alunos até Águas Frias.

Perante tudo isto chegou-se a um consenso da Proposta que está em análise, para 2006/2007. Das 82 escolas em funcionamento ficaram apenas 44 e dos 1.439 alunos que frequentam o 1º. Ciclo, só 165 é que vão ser deslocados. A média das deslocações é de 9 km, havendo uma ou outra que vai até 17 km, com uma média de tempo gasto de cerca de quinze minutos, com excepção da distância de 17 km que vai demorar mais de vinte minutos. Esta é a primeira parte da Proposta em discussão.

A segunda parte é uma previsão futura que se prende com a necessidade da sua aprovação para podermos candidatar-nos aos dois Centos Escolares da zona urbana de Chaves e é minha convicção que quando estes dois Centros Escolares se encontrarem a funcionar, nas devidas condições, haverá uma maior procura da parte dos pais no sentido de trazer para cá os seus filhos.

O primeiro passo foi dado com a reunião da Direcção Regional de Educação, Centro de Área Educativa, Câmara Municipal e Agrupamentos. A convite da Senhora Ministra da Educação, numas jornadas parlamentares, tive a oportunidade de apresentar a minha opinião sobre esta matéria. O percurso que foi feito, com diversos estudos, visitas às escolas, diálogo com as Associações de Pais etc., foi no meu entender o mais correcto. As Associações de Pais e as Direcções dos Agrupamentos validaram este documento, por unanimidade. O Conselho Municipal de Educação, representando por elementos de dezanove instituições sedeadas no Concelho validou também esta Proposta. A Câmara Municipal também a votou favoravelmente. Terminou mencionando o Relatório da OCDE sobre esta matéria, onde refere que no contexto da qualificação do ensino secundário a nível mundial, atrás de Portugal só está o México e logo à nossa frente a Turquia, o que significa que temos ainda um longo percurso a fazer. Diz o mesmo relatório que o tempo gasto em aulas, por idades, em Portugal, é mais do que noutros países e relativamente ao dinheiro dispendido pelo estado na educação, aparecemos em terceiro lugar.

Terminou pedindo a aprovação da Proposta em análise.

Para discussão deste Ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

**RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA** da CDU – usou da palavra para pedir os seguintes esclarecimentos: relativamente a algumas escolas para onde os alunos vão ser deslocados; pela cartografia que receberam, o número de salas que irá funcionar é normalmente de duas e pergunta onde é que serão servidas as refeições.

**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – disse ser este um tema que lhe é muito caro e é lamentável que o problema não tenha sido “atacado” com políticas que levassem à fixação das populações no mundo rural e ao travar da quebra de natalidade porque



esse seria o caminho certo. E perante isso, é indiscutível que a Reorganização da Rede Escolar se impõe neste momento. As escolas não podem funcionar com três ou quatro alunos. Tem de haver um grupo mínimo para que haja sucesso escolar, sociabilização e alguma competitividade entre os alunos – a chamada indução do trabalho.

Como deputado Municipal e como professor disse exigir que as escolas que irão funcionar a partir desta reorganização tem de ter todas as condições, quer ao nível da construção, quer ao nível dos equipamentos, (biblioteca, refeitório, salas de informática, e espaços para educação física).

Terminou sugerindo que os edifícios escolares que ficam vazios sejam aproveitados para apoio à terceira idade, com as devidas condições. Nesse contexto a sua bancada pede que seja apresentada nesta Assembleia Municipal a Carta da Rede Social, para que haja discussão e sejam encontradas as soluções mais adequadas.

**ISAURA GOMES DE SOUSA**, do PSD – iniciou a sua intervenção saudando os presentes e em particular os funcionários que prestam apoio aos trabalhos da Assembleia Municipal, que lhes merecem todo o respeito e admiração.

Na sua qualidade de deputada deste Órgão e de educadora, desejaria que estas reuniões se tornassem pontos de encontro, momentos de reflexão, partilha de ideias e ideais e de cooperação conjunta, independentemente do lugar que cada um ocupa. Numa vida dedicada à Educação, propôs partilhar uma reflexão que assenta em dois conceitos: - Educar pela positiva ou educar pela negativa, revendo atitudes, comportamentos, condutas.

Disse que, na qualidade de membros deste Órgão Autárquico, lhes cabe a obrigação de intervir e participar activamente na vida da nação e das comunidades locais, onde a educação seja de todos e para todos, porque se assim for seremos capazes de construir uma sociedade mais justa, mais saudável de corpo, espírito e mente.

Relativamente à Proposta em análise gostaria de louvar, em primeiro lugar a abertura da Autarquia à iniciativa de adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras, congratulando-me com a mensagem de fundamentação e tal como eu, acredito que todas as forças partidárias aqui representadas se revêm nas ideias nela inseridas. Pô-las em prática exige de todos – Educadores e Educandos - disponibilidade, capacidade de trabalho e uma entrega plena aos projectos construídos, adaptando-os à nossa realidade.

A Reorganização da Rede Escolar do nosso Concelho poderá subjazer ao sucesso dessa adesão.

**1. Rede Escolar** – Depois do trabalho realizado pela Estruturas Locais – Conselho Local de Educação, Agrupamentos, Professores, Associações de Pais, Organizações Sindicais, Comunidade local «Voz ao Múncipe» o Ministério da Educação fez a Reorganização colocando interesses, nomeadamente económicos à frente dos interesses pedagógicos, educativos e de socialização.

**2. Colocação de Professores** – Concordo com a modalidade do concurso por três anos, para dar continuidade educativa, mas sempre que sejam acuteladas diversas situações a que muitos professores estão sujeitos.

**3. Escolas** – A maior parte dos edifícios estão degradados, independentemente dos casos pontuais onde a autarquia vai intervindo. São necessários bons espaços físicos, mobiliário e outro material de apoio.

**4. Recursos Educativos** – Hoje as novas tecnologias, estão no auge dos materiais de apoio mas elas, só por si, não permitem o ensino do Português que é uma língua viva, cheia de emoções e afectos. Apesar de nada ter contra, penso que só quem não sabe o que é ensinar a ler e a escrever, desde as primeiras letras até à exigência de uma caligrafia de qualidade, a dominar os campos da linguística e da literatura, da



comunicação oral e escrita, poderá ousar colocar o computador ao serviço do ensino/aprendizagem da Língua.

**5. Os Livros** – Prefiro os livros que o mercado oferece e os que a escola tem sabido escolher às limitações resultantes do livro único. Com o critério actual – vários livros – o sucesso escolar, sobretudo em Língua Portuguesa e matemática é bem mais alto. Que decisões estarão atrás desta tomada de decisão do Ministério da Educação?

**6. Reformas** – Há anos que andamos de Reforma em Reforma e o resultado é colocar o Ministério da Educação contra professores e vice-versa. E quais as razões: As que vinculam o MCS? Os resultados das Acções de Formação que nos oferecem? Quem as avaliou? que Formação inicial se está a ministrar aos jovens professores? Que Formação contínua acompanha os professores ao longo da sua vida de docentes? Que oportunidades nos são dadas para que possamos acompanhar as mudanças?

O recurso a Universidades Espanholas onde somos tratados entre iguais e onde somos reconhecidos como bons investigadores e onde os nossos trabalhos competem com os melhores.

**7. O Inglês** – Assinalado como bandeira política quando é de índole obrigatória. Como será possível controlar essa obrigatoriedade se as aulas se processam para além das horas lectivas?

**8. Autonomia das Escolas** – Está previsto na legislação, no entanto o seu controlo é assustador.

**9. Professores a mais** – Creio que o sistema absorveria todos os professores se lhes concedessem a oportunidade de «investigação pela acção» da sua própria prática pedagógica dentro das suas próprias aulas. Mas não há investigação educativa nos vários sectores do ensino, com excepção da que é feita por professores «catedráticos» que não conhecem a nossa realidade, porque nunca trabalharam nela.

Sugiro a constituição inicial de equipas de professores em trabalho com alunos, onde a reflexão seja escrita, analisada à luz das teorias construtivistas e onde a auto-avaliação seja constante; a reestruturação/dinamização de todos os intervenientes do sistema educativo; a redução do número de alunos por turma de 24 para 20 em escolas onde seja possível a constituição de turmas de ano único, para 15 onde não se verifique essa possibilidade e para 10 onde haja a integração de alunos com NEE. Terminou convidando os presentes neste Fórum a visitarem a escola onde lecciona, e onde o bom funcionamento se deve ao empenhamento de todos os intervenientes no processo educativo, incluindo os órgãos autárquicos.

**ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA** do PS – Saudou os presentes e em seguida disse que apesar do forte investimento em educação no País, os resultados obtidos não têm sido brilhantes. Temos um povo pouco instruído, mal-educado e pouco trabalhador, ocupando, na Europa um rácio dos mais baixos de tempo.!

Perante a análise da Proposta da Reorganização da Rede Escolar verificou que existem situações que gostava de ser esclarecido. Na análise e discussão do documento, na reunião da Câmara Municipal, houve uma tomada de posição dos Senhores vereadores do Partido Socialista, observando que não vem expressa a consequência dessa tomada de posição.

Disse que o documento em análise tem duas avaliações: técnica e política e colocou algumas reticências na avaliação técnica da sua preparação. Referiu a escola integradora mencionada pelo Senhor Presidente da Câmara onde os alunos têm de percorrer 17 km em vinte e cinco minutos, dizendo ser uma das freguesias com piores acessibilidades no Inverno, apontando os perigos que daí resultam. Trata-se da EB1 nº. 2 de Vilar de Nantes, para onde se deslocam as crianças de S. Julião,



Cela, Tresmundes e S. Lourenço, com 13 de alunos. Há outras freguesias com menos alunos que não se deslocam, ficam nas suas escolas. Perguntou qual foi o “critério técnico e político para que não fosse contemplada em igualdade de circunstâncias”.

Na folha 6 do documento aparece a “Proposta de Alteração à Carta Educativa”, que apesar da explicação dada pelo Senhor Presidente na apresentação, não é compreensível que se aprove uma Proposta de Alteração sem se conhecer a Carta Educativa, uma vez que nunca foi aqui discutida.

A Rede Escolar é importante para melhorar a Educação no nosso País, e é também imperativo que venha a esta Assembleia Municipal a Proposta da Rede Social, aproveitando os equipamentos devolutos para apoiar as pessoas idosas com dignidade.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que esta questão é muito importante para o Concelho e ainda não se falou aqui do essencial que a Proposta contém. “Como poderemos contestar o encerramento da Maternidade se damos de barato esta reestruturação toda – os argumentos são os mesmos”.

A intervenção do Senhor deputado Anselmo José Martins seria correcta se esta Reestruturação não fosse uma imposição feita pelo Governo, em cima do joelho, com prazos curtos e com condições ainda mais radicais que aquelas que a Reestruturação da Carta do Concelho contempla.

Ninguém aqui mencionou que em todos os locais onde fecha uma escola é um retrocesso para a aldeia e respectiva freguesia.

Esta Reestruturação leva a que num futuro próximo o ensino fique concentrado em Chaves, Vidago e talvez em Vila Verde da Raia. Fazer política é definir um trajecto. Não se devem encerrar escolas sem antes fazer novos edifícios com condições, para receber os alunos e isso é responsabilidade do Governo e das Autarquias. Se o encerramento da Maternidade não se pode reger por questões técnicas, o ensino também não. Alguns docentes com responsabilidades dizem que o número de alunos não é o único critério. Temos o exemplo do Vale do Ave, onde existe um grande número de alunos e a taxa de insucesso escolar é muito maior. “Estamos a pronunciarmo-nos sobre uma Reestruturação que desloca alunos, para os colocar em escolas de acolhimento onde só existe uma sala. Será que os Senhores de Lisboa permitiam que isto se passasse com os seus filhos? Mais uma vez se verifica que o critério fundamental é o dinheiro e infelizmente uma decisão destas vem de um Governo do Partido socialista”.

A Proposta da Carta Educativa elaborada pelas estruturas locais ficou bloqueada na DREN e vem agora o Governo impor as suas regras. Ao mesmo tempo dizem que não está nada decidido, o que não é verdade. Tal como a anexação do Hospital, também o encerramento das escolas estava decidido, independentemente do que se pudesse aportar. “Isto vai levar a que as aldeias mais afastadas das cidades são para acabar. Só não houve coragem de o dizer”.

Terminou dizendo que a CDU está contra esta Proposta, não por achar que não foram ouvidas as competentes instituições, mas porque foi decidida por senhores cujos filhos nunca estarão sujeitos a esta situação e por um critério estritamente economicista.

**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – usou o direito de resposta ao Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha dizendo que fez críticas a políticas dos governos passados, independente da sua cor política. “Não defendi o Governo, nem ataquei a Câmara, apenas coloquei a minha posição bem clara, dizendo que esta Reorganização é inevitável. E dado que não tenho uma contra proposta exijo à





Câmara, que tem responsabilidades de investimento em termos económicos e receberá recursos do poder central, que faça as obras necessárias”.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SELHARIZ – Francisco Gonçalves Macedo** – depois de saudar os presentes, referiu a legislação que vincula a eleição de um Presidente da Junta como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação, a propósito da discussão gerada na penúltima Reunião deste Órgão.

Em seguida disse que na qualidade de representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação, deu o seu parecer favorável a esta Carta Escolar, apesar da sua freguesia, por exemplo, ter ficado sem escola, porque não tinha argumentos.

Todos nós lamentamos o encerramento das escolas, como lamentaremos o fecho da Maternidade, se isso se concretizar. Nas reuniões havidas manifestei as minhas preocupações. Será que desta forma vamos melhorar o ensino? Como é que havendo professores em excesso e recursos, uma turma com 19 ou 20 alunos pode ter uma atitude pedagógica correcta, com todos os alunos de vários grupos e de vários anos?

Na última reunião do Conselho foi referido que irão, provavelmente, ser constituídas equipas pedagógicas, mas a experiência diz-me que mais de dois professores numa sala de aula é uma “bagunça”. Não vão faltar recursos, mas sim espaços e os professores não vão ter condições para trabalhar. Já agora não existem essas condições e muito em especial com crianças possuidoras de deficiência. Não temos agora e vamos continuar a não ter onde trabalhar as áreas de expressão. Os computadores não estão a ser aproveitados por falta de espaço e vão continuar assim.

Disse congratular-se com a solução encontrada para Loivos. Supondo que os Conselhos Executivos da Escola EB1,2,3 de Vidago se opõem a receber os alunos do 1º. Ciclo, num sistema de permanência, qual será a solução a encontrar?

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – usou da palavra referindo a eleição dos representantes em diversos organismos, havida neste Fórum, oportunamente, para dizer que quando se propôs como representante no Conselho Municipal de Educação, fê-lo de boa fé e com a certeza de que iria representar também os interesses das freguesias. Nessa altura perguntei se havia suporte legal que o impedisse e como agora está esclarecida essa situação deixo as minhas desculpas.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, pediu autorização para continuar os trabalhos, uma vez que foi ultrapassado o tempo regulamentar. *Foi concedida.*

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** prestou os esclarecimentos sobre as intervenções havidas.

- O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha**, fez uma brilhante intervenção com argumentos válidos, mas rebatíveis. De tudo o que disse deduz-se que para a CDU o melhor é deixar tudo conforme está, o que contraria a teoria de Karl Marx, quando diz que “nada há de mais consolidado que uma rocha, mas também nada mais imutável que uma rocha”, mas conclui que o melhor é trazer as coisas à consciência, o que significa que hoje como estão não estão bem e por isso têm de mudar. É isso que está aqui em causa numa primeira intervenção e a segunda vem na sequência desta.



Não é verdade que se faz esta remodelação em nome da economia. Como está, o investimento da Autarquia ronda os setecentos mil euros nos últimos quatro anos. A Reorganização vai custar mais de dois milhões e meio de euros.

Também não é verdade que estejam em causa questões técnicas, estão sim em causa questões pedagógicas. Está sobejamente provado que as escolas com menos de vinte alunos, têm um grau de insucesso muito superior às que têm um número superior a esse.

Diz ainda o Senhor deputado que ao fechar uma escola se retrocede, o que também não é verdade, porque quando as crianças estão em aulas estão fora de casa, seja a escola da sua aldeia ou de outra qualquer. O mais importante é criar-lhes condições para ocupar o tempo disponível fora das aulas.

- O Senhor **Presidente da Junta de Selhariz** perguntou o que vai acontecer se o Conselho Executivo da Escola EB1,2,3 de Vidago não aceitar os alunos. Os espaços são da DREN e é esta entidade que decide.

- Ao Senhor deputado **António Manuel Pires Almeida** devo dizer que não concordo com o retrato robot que fez do País no início da sua intervenção. Somos muito melhor do que nos retratou.

Não há duas Propostas mas sim uma só. Há efectivamente um erro no título da Proposta; onde se lê alteração da Carta Escolar, deverá ler-se sim Reorganização da Rede Escolar, lapso pelo qual peço desculpa. Não se pode alterar uma Carta que não existe.

A segunda parte da Proposta refere-se ao período subsequente a 2006/2007. No corrente ano apresentaremos candidatura para dois centros escolares ao QREN. A evolução vai dizer-nos em que termos terá de ser feita a restante Reorganização.

A posição tomada pelos Senhores vereadores do Partido Socialista na reunião de câmara, relativamente à escola de S. Lourenço, não teve acolhimento por parte do Centro de Área Educativa nem da DREN. Esclareço o Senhor deputado que não há nenhuma escola com menos de 7 alunos e relativamente a Vilarinho das Paranheiras o executivo do Agrupamento de Vidago propôs que esta se mantivesse e o executivo do Agrupamento Gonçalves Carneiro propôs que os alunos das Eiras fossem para Nantes.

A lei permite a deslocação de alunos com o limite 60 minutos. Em Chaves o limite é de 30 minutos e os alunos que vêm de S. Julião fazem um percurso de 17 km gastando cerca de 20 minutos de tempo. Como já referi, a média em percurso, no nosso Concelho é de 9 km e de tempo gasto na deslocação de alunos é de quinze minutos. A Câmara em determinadas freguesias que se uniram e no conjunto reuniam dez alunos solicitou que aí se mantivesse a funcionar uma escola.

Houve o cuidado de verificar que cada escola de acolhimento tivesse, no mínimo duas salas disponíveis, com excepção de Vilas Boas, Vila Verde de Oura e Vilarinho das Paranheiras em que os alunos tomam as refeições em Vidago. Neste momento estamos a negociar com as Juntas de Freguesias outro espaço que permita as outras actividades lectivas. Não é justo nem correcto vir aqui por em causa o trabalho dos técnicos da Autarquia, o dos executivos dos Agrupamentos, das Associações de Pais e de outras pessoas que tiveram a preocupação de se deslocar aos locais.

Isto não significa que todas as escolas tenham as condições ideais.

Terão provavelmente as mínimas. A escola de Rebordondo começou a funcionar na semana passada e foram lá investidos 70 mil euros; fizeram-se obras nas escolas de Curalha, de Faiões, isto só para citar as mais recentes. Nos últimos três anos mudou-se o sistema de aquecimento em muitas escolas, passando para gásóleo e gás natural, o que dá um acréscimo substantivo nos gastos. A Câmara Municipal apresentou uma proposta à DREN, para recuperação de escolas de acolhimento, no valor de 800 mil euros e os executivos dos Agrupamentos foram verificar e reduziram



o valor para 410 mil euros. Vamos gastar mais em transportes 104 mil euros e em refeições mais 200 mil euros, anuais. Todos estes dados estão especificados no documento em apreço, mas a nossa preocupação é dar às crianças o melhor que podemos. Há financiamento para o Inglês (100,00€ por aluno, embora a Câmara gaste mais), para as refeições e para o investimento na recuperação dos edifícios escolares (um oitavo dos 410 mil euros).

- Sobre a Rede Social referida pelo Senhor deputado **Anselmo José Martins** esclareço que já está elaborada uma Proposta que visa dar o destino apropriado a esses edifícios e contempla várias actividades não só para as pessoas mais idosas como outras e pretendemos que venha a esta Assembleia logo que possível, depois de reunir o Conselho Social e ser presente em reunião do executivo.

- A questão colocada pelo Senhor deputado **Rui Jorge da Silva Oliveira**, relativamente aos professores, a informação de que disponho, quer da DREN, quer do CAE, é que haverá equipas de professores em cada escola. A título informativo, na Finlândia, que é um País pioneiro na reorganização do ensino, com enorme sucesso, as crianças tomam as refeições na sala de aula.

Em 2005 saiu um relatório do Ministério do Trabalho e da Segurança Social onde, na área de educação, diz que em analfabetismo a média do País é de 13,52% - no Concelho de Chaves é de entre 8,3 e 12,5%; no abandono escolar a média do País é 27,1% - em Chaves é entre 18,4 a 24,5%; pessoas com escolaridade inferior à obrigatória, a média no País 73,1% - em Chaves 79,75%; profissões desqualificadas a média do País 48,89% - em Chaves 22,36%; activos qualificados a média do País 9,2% - em Chaves entre 25 a 32%; IRS – no País a média é de 338,00€ “per capita” - em Chaves é entre 339 a 505, o que significa que nem tudo é negativo.

**DEPUTADA ANA PAULA FERNANDES DE JESUS MOURA** do PS – disse que o Senhor Presidente da Câmara justificou o caso específico de S. Lourenço, com a proposta de extinção por parte do executivo do Agrupamento Gonçalves Carneiro, mas que a informação que lhe chegou é que o referido Agrupamento tinha sido favorável à manutenção da Escola. Que mesmo que assim fosse a decisão final seria o resultado de consensos e não vingar uma só opinião.

Disse que os critérios utilizados na elaboração desta Carta não estão totalmente esclarecidos e bem definidos e citou os casos de Vilarinho das Paranhos e Arcossó, que têm menos de dez alunos e não são escolas integradoras e por essa razão vai votar contra a Proposta em apreciação.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu a Senhora deputada Ana Paula Moura que quando apresentou os dados não fez comentários sobre eles. Apenas citou os que são referidos no Relatório da OCDE e os relativos ao Concelho de Chaves, só para vincar que nem tudo está tão mal como parece.

Que apesar de termos dos maiores investimentos no contexto real do Orçamento de Estado na Educação e de termos índices de presença na escola iguais a outros, os dados finais são citados.

Sobre a escola de S. Lourenço a primeira proposta veio da DREN e a segunda é feita pelos Agrupamentos. Os casos que citou – Vilarinho das Paranhos e Arcossó, que não são escolas integradoras, foram defendidas pelo executivo do Agrupamento de Vidago de forma taxativa. Questionada, a DREN, entendeu dar razão ao Agrupamento.

Das muitas solicitações que a Câmara fez houve casos que foram aceites quer pelo CAE, quer pelos Agrupamentos, houve outras que não foram aceites.



**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que o Senhor Presidente da Câmara não respondeu à questão que lhe colocou sobre se esta Reestruturação para 2006, se é feita à pressão ou não. Que lhe parece ser porque ainda não se sabe concretamente como tudo vai funcionar. As refeições ainda vão a concurso, os 400 mil euros para “remendar” as escolas também não se sabe quando vêm, o que se sabe, segundo entendeu, é que os Conselhos Executivos dos Agrupamentos se pronunciaram, dissociando a questão das instalações, porque essa questão é da responsabilidade da Autarquia.

Diz-se que noventa por cento das despesas do Ministério da Educação é relativa aos salários dos professores, o que dá para perceber que estes professores que estão nesta bolsa, daqui a três/quatro anos vão todos para o desemprego. No seu entender esta Reestruturação não vai aumentar a despesa às autarquias porque vai reduzir no salário dos professores.

**DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA** do PS – usou novamente da palavra para dizer que as afirmações que fez na sua intervenção anterior são verdadeiras e que podia citar algumas falhas, neste estudo, porque se deslocou ao local. Que neste momento existe a escola de Pereira de Selão que está encerrada, mas que conta estatisticamente. Que há duas escolas normais, que funcionam apenas com uma sala, e que haveria de haver transparência e rigor nas propostas para os outros lugares e não entende que o Agrupamento de Vidago se tenha pronunciado sem ter em atenção a vontade política do executivo, porque o Município é que é o Órgão decisor desta proposta técnica.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu o Senhor Deputado Manuel Justino Matos Cunha que as despesas com os professores, não são da responsabilidade da Autarquia. O que nos foi dito pelo Senhora Ministra da Educação é que não haverá despedimento de professores. Acredito que poderá haver menos entradas de professores no sistema, mas não vai deixar de ter a mesma despesa.

Quando me referi às obras a realizar nas escolas de acolhimento esclareço que a Autarquia fez um primeiro levantamento onde previa gastar cerca de 800 mil euros. Em seguida e em conjunto com os responsáveis dos Agrupamentos fomos aos locais e entendeu-se que o investimento seria de cerca de 400 mil euros que a Autarquia vai depender dos seus cofres, prevendo-se vir a receber do Orçamento de Estado cerca de 50 mil euros.

Não lhe posso garantir que no início do ano lectivo esteja tudo a funcionar a cem por cento, mas faremos todo o esforço para que isso aconteça.

Quanto às refeições e dado que no próximo ano lectivo serão muitas mais, temos de abrir novo concurso, com a devida antecedência tendo em linha de conta todos os passos que são necessários dar, desde a abertura até à adjudicação.

Se a DREN tem aprovado a nossa Proposta da Carta Educativa na devida altura, todo o processo estaria devidamente consolidado. Este desenvolvimento na área da educação não o faço por ser Presidente da Câmara mas sim porque estou convicto que é o melhor caminho para o futuro dos nossos jovens, nesta matéria.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 54 votos a favor, 8 votos contra e 26 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

O Senhor deputado **FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO** fez a seguinte Declaração de Voto: “ Decidi abster-me pelo simples facto de confiar que as pessoas que intervieram na Carta Educativa o fizeram no sentido de aceitar esta Proposta. Pessoalmente tenho muitas e sérias dúvidas sobre ela. Efectivamente não pude



formar uma opinião fundamentada sobre a mesma porque não tenho os documentos base, nem participei nas reuniões, por isso o meu voto é apenas na confiança dos que intervieram no processo e por isso lavo daqui as minhas mãos como Pilatos.”

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que deu entrada na Mesa um Requerimento do Grupo Municipal do PSD, no sentido de passar o Ponto 7 para 4<sup>o</sup> lugar.

O Senhor Presidente da Câmara chamou a atenção para a importância de discutir e aprovar os pontos 4 e 5 e o Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha referiu a importância do Ponto 7 que trata da Saúde no Concelho. O Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão sugeriu que os pontos 6 e 7 passassem para o dia seguinte, como o Regimento prevê. Depois de ter havido consenso entre a Mesa e os Grupos Municipais, foi decidido que se passasse à análise e discussão dos Pontos 4 e 5, em seguida fosse feito um intervalo para jantar e às 22 horas fossem retomados os trabalhos para discussão dos pontos 6 e 7.

#### **PONTO 4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2005. INFORMAÇÃO Nº. 02/SCO/2006;**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que os documentos que fundamentam esta Proposta em análise foram distribuídos aos Senhores deputados e que prestaria os esclarecimentos que lhe fossem solicitados.

*Para discussão usaram da palavra os seguintes deputados.*

**FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO** do PS – apresentou a seguinte Declaração de voto: “ O Partido Socialista votou contra as Contas referentes ao exercício económico de 2005 apresentadas pela maioria PSD, pelos seguintes motivos:

- 1) O passivo total teve aumentos significantes e desmotivados no valor de 5.503.822,25€, assumindo agora a astronómica quantia de 27.914.579,70€. Não esquecemos ainda que a este valor se juntarão, no futuro, os elevados encargos com as locações financeiras efectuadas cujas amortizações ainda para já em período de carência.
- 2) É particularmente grave que o crescimento da dívida tenha acontecido de forma mais rápida na componente de curto prazo a Fornecedores Conta Corrente. Sabemos agora que a dívida aumentou só em 2005 3.955.493,93€, atingindo a soma de 10.546.870,03€, o que significa que a Câmara Municipal tenha de pagar cada vez mais tarde aos seus fornecedores provocando no nosso tecido económico dificuldades acrescidas e encarecendo os bens que no futuro, a Câmara vai ter de adquirir.
- 3) A taxa de execução orçamental da receita foi muito baixa, bem longe do previsto, quedando-se apenas por 58,8%, o que evidencia uma fraca mobilização do executivo para a obtenção de fundos comunitários.
- 4) Os encargos assumidos com pessoal atingiram em 2005 o valor recorde de 8.015.112,24€ não tendo, contudo, a Câmara pago esse valor na totalidade já que ficou a dever 570.056,15€, a maior parte dos quais à ADSE. Desta forma a despesa com pessoal pesa praticamente metade das despesas correntes e representam aproximadamente  $\frac{1}{4}$  das despesas totais. Verificamos ainda que as mesmas cresceram 7,3% o que ultrapassa em mais de quatro vezes o aumento dos salários decretado pelo Governo e mais que a média das despesas correntes que foi de 6,09%.





5) As contas apresentadas contemplam um exercício floral de arranjos e retoques apenas para disfarçar o despesismo descontrolado da actual administração municipal, senão veja-se o seguinte: as despesas correntes, pelo que foi registado em 2005, cresceram no total 6,09%, mas, tal apenas se ficou a dever à transferência de pagamentos para o ano seguinte já que verificamos um crescimento injustificável da dívida a terceiros – curto prazo em 47,3%. Assim, sem pagar o que já se devia de anos anteriores, transferiram-se de 2005 para 2006 ainda mais 3.740.061,44€. Não existe desta forma qualquer poupança corrente.

6) As contas apresentadas mostram que a gestão municipal não se orientou pelo Plano e Orçamento apresentado à Assembleia Municipal para 2005, pois esse documento sofreu várias mutações ao longo do ano. Por exemplo verificamos que em relação ao Orçamento apresentado houve erros de previsão enormes. Nas receitas de capital previa-se arrecadar 31.988.392,00€ e a gestão da maioria PSD ficou-se por 15.346.572,81€, menos de metade. Pelo que os investimentos previstos em aquisição de bens de capital, fonte de sustentabilidade futura das receitas municipais, também ficaram por menos de metade do previsto.

7) Não podemos ainda deixar passar em claro a tendência espelhada nas contas, para práticas de arrecadação de receitas correntes, extremamente onerosa para os munícipes. Ao insucesso na conquista de novas fontes externas de financiamentos, a gestão municipal contrapõem uma ferocidade crescente na forma como aborda à algibeira dos flavienses e recorre ao crédito bancário ou indirectamente a fornecedores.

Veja-se:

a) Impostos Directos (inclui IMI, IMT..) aumentam em receita 22,7% de 2004 para 2005.

b) Venda de Bens e Serviços Correntes (inclui água, saneamento..) aumentam em receita 5,8% de 2004 para 2005.

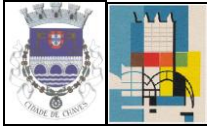
8) Continuam as dívidas avultadas a prestadores de serviços públicos essenciais e, em relação aos quais, se vão registando reparos frequentes. Referimo-nos por exemplo, aos transportes escolares onde a dívida avoluma ainda em 367.986,57€ e à recolha de lixo onde a dívida orça ainda em 751.840,85€. Nestas circunstâncias exigir qualidade na prestação do serviço é mais embaraçoso para a gestão municipal”.

**MARIA DA GRAÇA RODRIGUES SILVA** do PSD - disse que os documentos apresentados são documentos técnicos, o Executivo Municipal tem trabalhado, vai continuar a fazê-lo e por essa razão o seu Grupo Parlamentar vai votar favoravelmente esta Proposta.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu o Senhor deputado Francisco António Chaves de Melo que, no que se refere à dívida, está assumido claramente que ela aumentou, porque há receitas, no valor de oito milhões de euros que a Câmara devia ter recebido em 2005 e passaram para 2006. São proveitos diferidos que vão superar, em muito, o aumento da dívida. Também é bom lembrar que o património municipal foi aumentado em mais de vinte milhões de euros. Estes dois factos provam que é uma dívida absolutamente sustentada.

Relativamente à poupança corrente, comprova-se que a despesa corrente é inferior à receita corrente porque houve 1,5 milhões de euros de receita corrente que foram utilizados em investimento.

Relativamente ao pessoal, a Autarquia suporta em gastos com pessoal 23% do seu Orçamento, o que significa que existe uma boa gestão nesta área.



Se compararem os índices de execução com os anteriores verificam que os 96,44% de execução física e os 58,54% de execução financeira são valores ímpares nas Contas do Município de Chaves.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 61 votos a favor, 18 votos contra e 7 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 5 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO NO VALOR DE € 1.909.177,00 E DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO. PROPOSTA Nº. 06/DGFEP/06;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que os Empréstimos são autorizados pela Direcção Geral das Autarquias Locais, de acordo com a capacidade de endividamento das Autarquias. A Câmara de Chaves é uma das Autarquias do País com mais capacidade de endividamento disponível e, nesse contexto, a DGAL autorizou a contracção deste empréstimo, que este ano é único, no valor de 1.909.177,00€, a ser utilizado no pagamento de obras não financiadas, arruamentos, saneamento e abastecimento de água às Juntas de Freguesia e aquisição dos terrenos destinados ao primeiro troço da circular externa de Chaves.

**DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO** do PS – disse que o endividamento da Autarquia ultrapassa já os 27,9 milhões de euros e com mais este empréstimo aproxima-se dos trinta milhões. Compreendem que os Senhores Presidentes das Juntas necessitam de pagar os seus compromissos, mas esclareceu que o seu Partido deixa de estar disponível para que a Autarquia, recorrendo à forma mais fácil de se financiar – que é o crédito, venha sistematicamente aumentar a sua capacidade de endividamento, tanto mais que há outros sistemas como são os leasings efectuados, que não contam para este fim, mas que vão aumentar essa capacidade. Pede que seja reduzida a dívida de curto prazo.

Terminou dizendo que a sua bancada se vai abster na votação desta Proposta.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 64 votos a favor, zero votos contra e 21 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 6 - GESTÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL – ALIENAÇÃO DO EDIFÍCIO DENOMINADO “CINE-TEATRO DE CHAVES”, SITUADO NA TRAVESSA CÂNDIDO DOS REIS/RUA DE SANTO ANTÓNIO EM CHAVES – DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINARES. PROPOSTA Nº. 33/GAP/06;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o antigo “Cine-Teatro de Chaves” foi adquirido no ano de 2000, com o objectivo de o transformar numa moderna e funcional “Casa de Cultura” destinada à realização de espectáculos de natureza artística, musical, seminários e conferências.

Desde então para cá foram elaborados estudos, projectos e foi-se constatando que aquele espaço, no contexto actual, e naquilo que são as exigências para uma sala de espectáculos, não reúne as condições idóneas. De facto, em face dos estudos e pesquisas efectuadas pela Divisão de Salvaguarda do Património Arquitectónico e Arqueológico, constatou-se que tal equipamento cultural viria a funcionar longe das condições ideais e não cumpria as disposições legais em vigor.

Os Teatros modernos, nomeadamente os de Vila Real e Bragança, foram feitos de raiz, em espaços adequados, com o apoio do Governo, que definiu as prioridades expressamente para capitais de Distrito, o que invalidou a primeira diligência deste



executivo junto do Ministério da Cultura, no sentido de obter o necessário apoio para a intervenção no edifício de Chaves.

Em seguida candidatámos a recuperação do Cine Teatro ao Programa INTERREG que não teve acolhimento. Surgiu a alternativa no espaço que está em fase de construção na antiga estação da CP – Centro Cultural – que vai responder, nomeadamente no ensino da Musica, da Dança, do Teatro e um Auditório com as condições legalmente exigidas.

No próximo mês de Setembro vai realizar-se em Chaves um Congresso Internacional onde participarão 17 Países, com presença de cerca de 700 pessoas e foi escolhido para o efeito o Pavilhão Municipal, pela Comissária Europeia, o que significa que temos capacidade de resposta para eventos que se realizem aqui.

Fazer um investimento que ronda os dois milhões de euros, na recuperação de um edifício que custou cerca de um milhão, nas actuais circunstâncias, seria um enorme esforço financeiro que não se justifica, já não referindo os custos de manutenção que são consideráveis.

O Município de Chaves deliberou, tendo em conta as condições de recuperação do imóvel, com o investimento que isso implica, e havendo alternativas válidas, lançar no mercado, com todas as regras constantes da respectiva Proposta, a alienação do antigo “Cine-Teatro de Chaves”, procurando desta forma revitalizar um espaço que está desaproveitado.

*Usaram da palavra os Senhores deputados:*

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU - disse que estava convencido que o Cine-Teatro de Vila Real era do Distrito e não do Concelho, porque, no seu entender seria a base para justificar a posição do Ministério da Cultura na construção de uma rede de equipamentos desta natureza, com grande qualidade, mas para todos.

“Neste momento parece-me inevitável a venda do antigo “Cine-Teatro”, porque senão qualquer dia, para a quantidade de eventos que se realizem, temos salas que nunca mais acabam.

Se o Centro Cultural tem as condições para todas as actividades artísticas, com capacidade para trezentos lugares, será o suficiente, porque não me parece que em Chaves, qualquer evento que se realize, junte mais de 300 espectadores.

Não sou contra a venda do “Cine-Teatro”. A incoerência ou a não coerência poderá estar no anterior executivo que comprou, nos vereadores do PSD que votaram a favor e depois num processo que se arrastou até ser evidente a sua inviabilidade. A grande discussão é saber como é que a Autarquia, de uma forma transparente, vai rentabilizar aquele investimento. A solução encontrada vai contribuir para combater a desertificação do centro da cidade, que é um processo que continua a avançar? A CDU vai validar esta Proposta”.

**AMÉRICO JORGE DA FONSECA** do PS - referiu que foi a Câmara de gestão Socialista que em 2000 adquiriu o edifício do “Cine-Teatro de Chaves”, com objectivos claros e definidos e com finalidades bem delineadas, nomeadamente: 1- Recuperação do património histórico do Concelho; 2 – Criação de condições idóneas para adquirir um novo espaço de cultura, mediante a transformação do referido edifício numa moderna e funcional “Casa de Cultura”, destinada à realização de espectáculos de natureza artística, debates, conferências e seminários.

Disse que essa aquisição teve o voto favorável de todos os Grupos Parlamentares representados nesta Assembleia, bem como dos Senhores vereadores da oposição.

A Autarquia vem propor a sua alienação, com o argumento de que não é viável a sua recuperação porque não reúne as condições ideais, por falta de espaço, quer no



apoio técnico, nos acessos, nas condições de carga e descarga, no palco, quer ainda para apoio administrativo e de gestão.

Perguntou quais os espaços apropriados para apoio administrativo e de gestão de que a Câmara dispõe, nomeadamente o Gabinete destinado aos Vereadores da oposição, o Gabinete de apoio às Juntas de Freguesia e o de apoio ao Município. Será que não haveria flexibilidade para a introdução de outras valências, onde a área de construção e volumetria é estipulada pela Câmara?

Discordam da decisão do executivo camarário porque a reconstrução deste edifício seria uma forma de recuperação do Centro Histórico, da sua dinamização sócio-cultural, onde a presença da juventude fosse uma constante, complementado pelo belo postal que é a nova Biblioteca Municipal e que também provém da recuperação de um velho edifício.

No seu entender, com a venda deste património histórico, com a eliminação do parque de estacionamento subterrâneo das Freiras, com a autorização para instalação de novas grandes superfícies comerciais, será o “golpe de misericórdia” do pequeno comércio e a morte do Centro Histórico. Por todas as razões explicitadas e por uma questão de coerência, a sua bancada vai votar contra esta Proposta.

**JOÃO MIRANDA RUA** do PSD – depois de cumprimentar os presentes pediu autorização ao Senhor Presidente da Mesa para focar dois temas antes de entrar no assunto em discussão: 1 - deixar uma referência à recente nomeação do ilustre flaviense - D. António Augusto Santos Marto, como Bispo da Diocese de Leiria/Fátima, um cargo importante, na hierarquia da Igreja católica.

2 - dizer estar aqui a usar da palavra na qualidade de deputado municipal, mas que a ACISAT desenvolveu um trabalho de alta qualidade, sobre as grandes superfícies comerciais, devidamente sustentado, que deu origem a um ofício que chegou a esta Assembleia Municipal, o que outros não fizeram e se limitaram a rebater com elementos sem sustentabilidade. Que a ACISAT promoveu um amplo debate sobre o tema, tendo em conta a sua preocupação pelas famílias, e por aqueles que vivem da actividade comercial e que são os grandes obreiros do desenvolvimento desta terra.

Sobre o tema em ordem disse que a decisão tomada pelo executivo Municipal para alienação do imóvel denominado “Cine-Teatro de Chaves”, pelas razões invocadas merecerá, certamente, a aprovação desta Assembleia Municipal e o apoio maioritário dos flavienses.

O citado imóvel está integrado num conjunto edificado de escritórios e serviços, não possuindo a dignidade exigida para uma “Casa de Cultura” e espectáculos, como as de Vila Real e Bragança. Efectivamente verifica-se que existiu no local, até princípios de setenta o verdadeiro e grande “Cine-Teatro de Chaves”, que deveria ser preservado, mas que não resistiu à evolução dos tempos.

A devolução e adaptação do imóvel à iniciativa privada não são ideias novas, dado que o anterior proprietário já tinha projectos para a sua adaptação às novas tendências do mercado.

O resultado desta decisão da Câmara vai permitir a reabertura de um espaço que se encontra encerrado há mais de vinte anos. A construção de uma importante infra-estrutura que a Autarquia está a levar a efeito, integrada no Centro Cultural, destinada à cultura e espectáculos, vem, finalmente, responder a uma lacuna existente e aos anseios dos flavienses.

É importante que a utilização prevista do imóvel seja salvaguardada de possíveis apetências que possam por em causa a função âncora do projecto para dinamização do centro urbano e animação da actividade comercial local. Igualmente importante é a utilização de parte da receita da venda do imóvel em questão, em infra-estruturas de apoio ao Centro Histórico, nomeadamente na melhoria e aumento de



parqueamento automóvel, a sinalética, o equipamento e mobiliário urbano e essencialmente corrigir o pavimento da Rua de Santo António, no troço que vai das Freiras ao Arrabalde.

Terminou propondo que em vez de se referir “100 lugares para o estúdio, se corrija para o mínimo de 100 lugares e, na eventualidade de construção do piso zero, o mesmo venha a ser exclusivamente utilizado como estacionamento e cargas e descargas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** passou a responder às questões que sobre este ponto lhe foram colocadas, pela seguinte ordem:

- Associo-me em meu nome e no do Município ao Senhor deputado **João Miranda Rua** nas felicitações que endossou ao Senhor D. António Augusto dos Santos Marto, ilustre flaviense, nascido na aldeia de Tronco, pela sua recente nomeação com Bispo da Diocese de Leiria/Fátima.

Em nome do Município agradeço o trabalho desenvolvido pela ACISAT, independentemente da nossa concordância ou não, como foi o caso da situação que referiu, relativamente às propostas finais ou aos seus resultados.

É intenção do executivo proceder à requalificação da Rua de Santo António, com fundos próprios, uma vez que essa via já tinha sido objecto de financiamento com fundos comunitários.

A questão do estacionamento para o imóvel do Cine-Teatro, só será possível através da entrada dos CTT.

É também intenção da Autarquia, investir em espaços de estacionamento, nomeadamente nas zonas da Lapa e atrás do SLAT. Que julgamos fundamentais para o Centro Histórico da cidade.

Ao Senhor **Vereador Américo da Fonseca** lembro que o conceito de património histórico pode ser muito lato, assim como o conceito de coerência. O antigo Cine-Teatro de Chaves, dentro do que se considera o verdadeiro património histórico, não será propriamente um exemplar, quer pela localização, quer pela forma de desenvolvimento.

A questão das cargas e descargas para a vertente cinema é muito fácil, mas para a música e teatro não é assim tão fácil como todos sabemos. Hoje um espectáculo de teatro ou um concerto dispõe de toda uma quantidade de instrumentos e mecanismos acessórios, necessitando de transportes de grandes dimensões, razão porque os técnicos consideram que o imóvel em questão não tem condições de acesso para as cargas e descargas.

O Senhor Vereador perguntou pelos Gabinetes, disponibilizados pela Autarquia para os Senhores Vereadores da oposição e para as Juntas de Freguesia; suponho que o de apoio às Juntas todos sabem onde fica e, por uma questão de cortesia, convido o Senhor Vereador a visitá-lo, até porque o Senhor também já foi Presidente de Junta; o Gabinete dos Senhores Vereadores, mantém-se no mesmo local, com o mesmo equipamento e da mesma forma que já era na altura em que ambos fomos colegas de Vereação – o Senhor no poder e eu na oposição.

Hoje é normal em qualquer gestão moderna a questão da compra e da venda. Trazer aqui a questão da coerência não é linear. Na altura da aquisição do imóvel em causa, votei favoravelmente a sua aquisição e induzi a minha bancada, a fazê-lo também, nos pressupostos em que era apresentada. Quando tomamos uma posição baseada em pressupostos somos coerentes na altura em que tomamos essa decisão, com a posição que tomamos. Se os pressupostos são alterados somos coerentes, não em manter a posição anterior, porque isso é teimosia, mas de acordo com os novos pressupostos que são hoje a realidade. É coerente hoje,





num acto de boa gestão, perante os pressupostos que temos, colocar à consideração da Assembleia, a alienação deste bem.

Chaves é já um local privilegiado de passagem e os estudos da UNICER para Vidago dizem que 48% do turismo de Trás-os-Montes passa por aqui, pelo que temos obrigação de criar condições para que não seja só de passagem, mas também de permanência para quem nos visita.

- O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** fez referência à linha cultural do Município. Os eventos habitualmente realizados no Verão, que anteriormente tinham lugar na Praça de Camões foram transferidos para a Praça General Silveira, pelas razões que todos conhecemos. Também hoje é habitual os flavienses visitarem exposições de pintura e outros eventos que se realizam no salão multiusos da antiga estação da CP. O Centro Cultural que ali está a ser construído será, efectivamente, um espaço privilegiado de cultura, voltado para todas as idades, onde será praticado o ensino do teatro, da música, da dança e de outras actividades ligadas à cultura. Futuramente surgirá também naquele local o Museu do Comboio.

Para eventos de maior dimensão, quer sejam realizados no Verão, quer no Inverno, há outros espaços perfeitamente adequados.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 51 votos a favor, 18 votos contra e 5 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

O Senhor deputado **Francisco António Chaves de Melo** do PS fez a seguinte declaração de voto, a título pessoal: “Pelo que vejo dos Centros Históricos, estamos a assistir, nalgumas cidades portuguesas, à polémica do envelhecimento e degradação dos centros e a uma tendência de investimento fora desses centros. Nessa lógica votei contra a uma estratégia de retirar edifícios públicos municipais, do centro para a periferia da cidade, porque com a mesma lógica de inutilidade superveniente por causa do tempo, não tardará termos de vender o edifício da Escola Júlio Martins, na Rua Júlio Martins, porque armazéns vai haver fora. Nessa lógica também já se fala que se o Quartel sair daqui a Câmara passa para lá, ou seja eu não quero ficar com o peso na consciência de que possa estar a ser desenhada uma estratégia de fuga para a periferia e degradando o centro. A Autarquia adquiriu um edifício para instalação do Arquivo Histórico que está quase a cair e também me parece que o local não é o mais adequado, dado que não tem vistas exteriores. Por todas as razões expostas votei contra”.

## PONTO 7 - SITUAÇÃO DA SAÚDE NO CONCELHO DE CHAVES.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** pediu autorização para aceitar as três Propostas entradas na Mesa – uma apresentada pelo Grupo Municipal do PSD e duas pela CDU que foram lidas:

### **1ª).”A Saúde no Concelho de Chaves/Proposta**

*Considerando que:*

- *O Hospital Distrital de Chaves se insere numa região que representa 54% da área do Distrito e que em termos de população atinge cerca de 38% da população total do Distrito de Vila Real;*
- *A parte mais Noroeste (Montalegre) da área de influência do H.D.C., dista cerca de 80 km da cidade de Chaves, esse percurso demora perto de 2 horas a percorrer até Chaves, e ainda teriam de percorrer a distância até Vila Real;*



- Os recentes investimentos realizados no H.D.C., na área das novas tecnologias, que culminou com a atribuição do prémio “Serviço Público de Inovação”, demonstram uma atitude de coragem, visão e estratégia, com o objectivo de servir a comunidade, não descurando a sua gestão;
- A relevância da solução adoptada é tal, que será a solução a adoptar pelo próprio Ministério para outros Hospitais. Será um contra senso, penalizar a região e os próprios funcionários do H.D.C, incluindo-os num Centro Hospitalar que não detém tanto desenvolvimento;
- O volume de atendimento no serviço de urgência é em média de 180 utentes/dia, dos quais mais de 10% são emergentes;
- O H.D.C. está localizado no maior centro termal da Europa – Chaves; Vidago; Pedras Salgadas e Carvalhelhos, com uma forte sazonalidade da população e uma elevadíssima taxa de emigração, nos meses de Junho a Agosto a população triplica;
- Os Concelhos servidos pelo H.D.C. são uma zona de elevado potencial turístico, que ano após ano, tem ganho quota de mercado, 110.000 dormidas registada em 2005;  
Não é possível potenciar uma zona turística sem infra-estruturas de saúde de qualidade;
- O crescimento da região, que é demonstrado pela apetência dos novos investimentos em curso, nomeadamente a Plataforma Logística – considerado pelo governo um projecto de interesse e âmbito nacional e internacional – o Casino e ultimamente as grandes Superfícies Comerciais, com o conseqüente movimento populacional que lhe estará associado, reforçam a justificação da manutenção desta unidade hospitalar;
- A região do Alto Tâmega tem sido penalizada devido às más acessibilidades, no entanto as novas acessibilidades, que ainda estão em construção, não podem desempenhar o mesmo papel, tornando os serviços inacessíveis pela sua deslocalização.
- Clinicamente, face às particularidades da rapidez de acção/intervenção, justifica-se e, também, se necessita a manutenção da Urgência Médico-cirúrgica. O caso da cardiologia é flagrante uma vez que o H.D.C. detém óptimos profissionais, assim como nas demais valências, pelo que a sua deslocalização para Vila Real não se justifica e muito menos se compreende.
- O universo dos recursos humanos é de 640 funcionários, dos quais 390 são licenciados. Este facto é de extrema importância e tem um impacto muito relevante a nível económico, social e cultural, tornando a instituição uma Marca de referência na região.
- Não se entende o interesse da absorção do H.D.C. no Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua S.A. Lembra-se que, aquando da criação das zonas urbanas, Vila Real nada quis com o Alto Tâmega. Pergunta-se o porquê este súbito interesse? Chaves, Boticas, Montalegre e Valpaços fazem parte da NUT III – Alto Trás-os-Montes, não se compreende que o actual governo esteja a reorganizar administrativamente o País em torno das NUT II (Regiões Administrativas) e NUT III (Subdivisão da Região Administrativa) e nalguns sectores, como é o caso da saúde, ainda funcione na lógica dos Distritos;
- Vila Real não é, nem o virá a ser, pólo de atracção ou arrastamento do desenvolvimento da região, pelo que não há vantagem nesta localização;
- Questiona-se sobre o local onde serão aplicados os benefícios da transformação do Sector Público Administrativo em Entidade Pública Empresarial.

Assim e face ao exposto:



Os Deputados da Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 26 de Abril de 2006, preocupados com as notícias de anexação do Hospital Distrital de Chaves ao Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua, S.A., traduzindo-se no encerramento de serviços e diminuição na prestação de cuidados de Saúde nesta região, deliberam o seguinte:

- 1 – Constituir uma Comissão, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves composta por 1 representante de cada partido político com assento nesta Assembleia e que esta comissão seja alargada a outras entidades civis, (Liga dos Amigos do H.D.C., Sindicato dos Enfermeiros e Sindicatos dos demais funcionários, ACISAT, ADRAT, AMAT, entre outras) e religiosas (Igreja), com o intuito de defender os interesses das populações da região;
- 2 – Solicitar, com carácter de urgência, uma audiência ao Conselho de Administração do H.D.C., à Administração Regional de Saúde do Norte, e ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde, para obtenção de informações que permitam esclarecimento cabal da política do Ministério da Saúde para o Alto Tâmega.
- 3 – Solicitar às Assembleias Municipais de Boticas, Montalegre e Valpaços a adesão e indicação de elementos para a constituição da supra referida Comissão.
- 4 – O envio desta deliberação ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde, Exmo. Senhor Primeiro-ministro, Exmo. Senhor Presidente da República, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República e Direcções parlamentares da Assembleia da República. O Grupo Parlamentar do PSD”.

### **2ª). “ Encerramento da Maternidade de Chaves - MOÇÃO**

Está publicado em Diário da República de 4 de Abril de 2006, o futuro encerramento da Maternidade do nosso Hospital de Chaves. Perante esta “crónica de uma morte anunciada” a Assembleia Municipal de Chaves reunida em 26 de Abril de 2006 proclama:

1. Que uma região tão vasta como a do Alto Tâmega não pode perder a possibilidade de nela ver nascer os seus filhos. Que não se pode aceitar mais este sinal de que a Região é inviável.
2. Que aqui ao lado, na nossa vizinha Espanha, se mantêm em Verín uma Maternidade em funcionamento que segundo o critério do nosso Governo também teria de encerrar.
3. Que o que é necessário é um projecto de qualidade que possibilite que muitos partos da nossa região, que já actualmente são feitos fora, possam passar a ser feitos no nosso Hospital. Um projecto que preveja que a natalidade tem que aumentar no Alto Tâmega e que para isso manter a Maternidade aberta é indispensável.
4. Que não aceitamos este passo inicial de redução dos cuidados de saúde materno infantil na região.

A Assembleia Municipal de Chaves reunida em 26 de Abril de 2006, exige que se desenvolva uma forte acção de esclarecimento e de protesto que envolva todos os Concelhos do Alto Tâmega, na defesa da nossa Maternidade e dos cuidados de saúde materno infantil.

Que a Mesa desta Assembleia Municipal tome as medidas necessárias para informar todos os Concelhos do Alto Tâmega, para que, em conjunto se encontrem as melhores formas de defesa da manutenção da nossa Maternidade.

Chaves 26 de Abril de 2006 – os eleitos da CDU”

### **3ª). “Anexação do Hospital Distrital de Chaves - Moção**

Num processo que já se adivinhou há meses. O Sr. Ministro da Saúde anunciou a integração a curto prazo do Hospital Distrital de Chaves no Centro Hospitalar Vila



*Real - Peso da Régua. No contexto actual mais de que uma integração trata-se de uma anexação com critérios estritamente economicistas. Ainda mais grave é a situação, quando se sabe que mais de que uma cooperação e articulação equitativas, vamos assistir a uma despromoção de serviços e cuidados de saúde hospitalar no Alto Tâmega. Adivinha-se um só fluxo no sentido da saída de serviços e funções hospitalares da nossa região para Vila Real. Ninguém conhece, nem ninguém acredita, que esta anexação conduz a qualquer tipo de melhoria dos cuidados de saúde no Alto Tâmega.*

*Neste sentido. A Assembleia Municipal de Chaves reunida em 26 de Abril, exige que se desenvolva uma forte acção de esclarecimento e de protesto que envolva todos os Concelhos do Alto Tâmega, na defesa do nosso hospital e na defesa da melhoria dos cuidados de saúde hospitalar da região. Exigimos que o Estado não se demita na sua obrigação Constitucional de estender equitativamente a todo o território os cuidados de saúde.*

*Chaves 26 de Abril de 2006 – os eleitos da CDU”*

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** propôs aos subscritores das Propostas transcritas que se fizesse primeiro a discussão do assunto e em função disso fossem votados estes documentos no final. Todos concordaram.

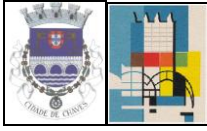
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para dizer que relativamente à Maternidade, a Câmara Municipal de Chaves tomou a posição, já divulgada, de total rejeição do seu encerramento. Não deve haver qualquer condicionalismo à manutenção da Maternidade de Chaves.

Relativamente ao Hospital Distrital de Chaves, por iniciativa dos Senhores vereadores do Partido Socialista há também uma “Moção” que foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal, e onde houve o compromisso de apresentar o problema ao Senhor Governador Civil, o que foi feito no passado dia 13 de Abril em curso à Senhora deputada da República Paula Cristina Barros Teixeira dos Santos, ao Senhor Ministro da Saúde, com o qual reuni no passado dia 19 em Vila Real e foi decidido que participaríamos na discussão na Assembleia Municipal. Aos Órgãos da Comunicação Social presentes na reunião de Vila Real, transmiti-lhes as posições tomadas na sequência do que foi deliberado em reunião do executivo, evidenciando três razões fundamentais: - o valor inquestionável do Hospital Distrital de Chaves; os Serviços de qualidade que presta às populações e a manutenção da sua autonomia, relativamente ao enquadramento no sistema nacional de saúde.

Na sequência da reunião com o Senhor Ministro entendi reunir com o Conselho de Administração do Hospital ao qual transmiti a posição do Ministério da Saúde e a quem disse que também aquele Órgão deveria apresentar a sua posição. Não faria sentido que todas as outras forças se manifestem e tomassem posições e o Conselho de Administração ficasse parado.

Suponho que, nesta altura, o Conselho de Administração já fez diligências no sentido de reunir com os profissionais de saúde do Hospital e na sequência das posições tomadas pelos vários Órgãos, vem o assunto à discussão da Assembleia Municipal, com a finalidade de se tomar uma posição conjunta e definitiva, que não seja politizada, nem partidarizada, mas saída do conjunto das forças vivas da cidade e da região, a lutar pelos seus direitos. A Câmara Municipal estará sempre na primeira linha, de apoio, de participação e na sua missão de envolver toda a sociedade numa luta que a todos diz respeito. A Assembleia Municipal é o Órgão representativo das forças sociais, onde estão representadas as forças políticas e é partindo dessa convicção que poderemos encetar um conjunto de diligências que nos levem a agir em conformidade com as decisões e posições que a evolução da situação venha a





incluir. Esta é a posição do executivo camarário e estaremos atentos e agiremos de acordo com o que forem as superiores decisões desta Assembleia.

*Em seguida usaram da palavra os seguintes deputados:*

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – referiu que o seu partido já em Fevereiro tinha proposto a esta Assembleia, a discussão da Saúde no Concelho e o desenvolvimento da situação que se adivinhava, vai fazer concentrar a discussão na questão hospitalar e vai deixar de lado a questão dos cuidados de saúde primários, o que é inevitável, porque os temas quentes acabam sempre por dominar.

Concordo com o Senhor Presidente da Câmara quando diz que não devemos partidizar a questão, mas politizar, concerteza que sim, uma vez que esta situação surge de uma orientação política que é semelhante no ensino, nos tribunais, na saúde - o corte com meros critérios economicistas.

Devemos ter alguma cautela na análise da situação, para não perdermos credibilidade nas nossas afirmações. Estamos aqui a falar numa anexação do Hospital de Chaves (há meses que todos os Directores de Serviço do Hospital de Vila Real tinham um documento de trabalho que referia essa anexação). Quando se fala numa anexação estamos a referir-nos a uma gestão de recursos e principalmente na primeira fase, à gestão dos recursos dos Serviços de Urgência. E porquê? Porque se vai poupar precisamente na desarticulação das urgências de Chaves. A A24 demorou 24 anos a chegar e quando chega é uma via rápida para as «coisas» saírem daqui, inevitável, se não tomarmos uma posição que é coerente com a defesa do serviço público. A proposta inicial não vai referir que vão sair daqui serviços, porque o que vão sair são funções. O Hospital de Chaves não ganha nada com a anexação. A CDU propôs que um centro de alcoologia, a medicina física e todo um conjunto de medidas, ficassem de referência no Hospital Distrital de Chaves, para que sendo inevitável, em nome da gestão de recursos, que haja ajustes funcionais nos cuidados de saúde dos Hospitais, não se parte sempre para a «fuga». Quanto à Maternidade porque não há a coragem de manter a de Chaves e encerrar a de Vila Real?

Toda esta situação vai contribuir, a prazo, para uma redução importante da entrada de dinheiro, porque há menos emprego e por outro lado provoca a despromoção da qualidade de saúde, o que se vai reflectir no desenvolvimento da região.

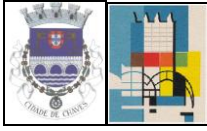
É efectivamente necessário implementar um projecto de qualidade que contrarie a questão técnica que existe, em que as maternidades têm de ter um número de partos superior a 1000 por ano, para que haja mão dos profissionais e as coisas funcionem bem.

Devemos ter a ousadia de fazer uma proposta, construtiva, com qualidade, que dê claros sinais de que as populações desta região não vão assistir passivamente à descapitalização das funções da saúde;

Devemos ter cuidado na argumentação, para não abrir possibilidades à actuação da imprensa, do governo e da Administração do Hospital de Vila Real. Quem criou esta situação na saúde, foram os governos PSD e PS e, no meu entender, a decisão que sair deste debate, terá de ser no sentido de que quem tem de assumir as funções de saúde na região é o Estado, em nome da dignidade da vida. O Hospital tem de melhorar, na sua actuação, melhorando o serviço de atendimento, de consulta, de cirurgia para que as pessoas se sintam confiantes e acreditem nos serviços que ali são prestados

**ALBERTO GERMANO PIRES LOPES** do PSD – depois dos cumprimentos aos presentes disse que, apesar de ser já extemporâneo, discutir a saúde em todas as suas vertentes, vamos referir o caso concreto que é o Hospital Distrital de Chaves.





Já por duas vezes fui eleito para representar a Assembleia Municipal no Conselho Geral/Consultivo do Hospital de Chaves. Este Órgão nunca me convocou nem contactou, pelo que suponho que nunca tenha funcionado. Daí nunca ter tido nenhuma relação com o referido Órgão, nem com a Administração do Hospital, o que é lamentável porque se funcionasse, estaria melhor informado e esta Assembleia também.

O Hospital Distrital de Chaves serve uma região que é cerca de 55% do Distrito de Vila Real, com cerca de 100.000 habitantes; isto porque além dos quatro concelhos que são a sua área de influência, tem depois mais outros quatro ou cinco que ficam na sua área de atracção, recebendo doentes, nalgumas especialidades. O Hospital Distrital de Chaves foi inaugurado em 1983 e o de Vila Real em 1991. Se fosse hoje isso nunca aconteceria. A partir de 1991, foi logo referido que em Chaves deveria ter sido construída uma unidade menor, com menos valências, que serviria perfeitamente a região e com menos despesa. Aliás o Hospital de Vila Real, começou logo aí a desviar os nossos médicos (nessa altura só tínhamos um radiologista e foi convencido a ir para Vila Real, ficando Chaves sem ninguém nessa área).

A antiga Direcção Geral dos Hospitais através dos despachos nº. 23/86 e 36/86 refere o Quadro Médico para 100 mil habitantes, que diz termos direito às valências básicas ( medicina interna, cirurgia geral, pediatria, obstetrícia, ortopedia e anestesia), às valências intermédias (gastroenterologia, oftalmologia, otorrino e urologia) e algumas valências ou especialidades diferenciadas (cardiologia, dermatologia, neurologia e pneumologia).

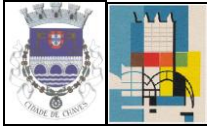
Foi aqui dito que há seis meses se sabia que o Hospital de Vila Real queria anexar o de Chaves, eu já sabia isto em 1991, em reuniões havidas com responsáveis do Governo e, já nessa altura, sugeri às autoridades locais que se formasse uma força para tentar contrariar essa acção. Só nunca houve coragem política para tomar a decisão final.

A mesma Direcção Geral também em 1991, enviou uma circular que diz o seguinte: "Caracterização genérica do Hospital de Vila Real – população a servir – para as valências básicas 120.000 habitantes; para as intermédias 400.000 e para as diferenciadas 590.000 mil habitantes". Nesse documento fazia referência aos concelhos que integrava e nas valências intermédias já incluía entre outros o de Concelho de Chaves; nas valências diferenciadas incluía os Distritos de Vila Real e Bragança e os Concelhos de Lamego e de Chaves.

Entendia eu que em Trás-os-Montes havia três cidades básicas, Bragança, Vila Real e Chaves. Surgiu depois o Alto Tâmega e nesse contexto era suposto que poderia dar uma certa centralidade a Chaves e acreditando nisso tentei, junto das entidades da Saúde, que os Concelhos de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena passassem a enviar os seus doentes para o nosso Hospital, aumentando assim o número dos utentes. É necessário que o Concelho de Chaves e os que nos são próximos encontrem uma atitude comum e defendam os interesses comuns para podermos chegar a algum lado.

Esta questão da saúde não é de facto uma questão político-partidário, mas sim um interesse comum que todos devemos defender com força e convicção, independentemente de quem esteja no governo central.

Existe a ideia de que o Hospital de Chaves não é viável, porque tem pouca população, poucos utentes, tem uma situação económica difícil, mas o que é necessário é arranjar soluções para inverter essa situação. O Hospital tem um débito a fornecedores de 5.315.315,93€, mas tem a receber, das prestações que faz de 7.203.325,00€, o que significa que tem uma situação financeira positiva. Tem tido investimentos e em 2006 tem em PIDDAC 100 mil euros para o pavilhão das consultas externas, 328 mil para o sistema de informatização e 14 mil e duzentos



euros para a reorganização da farmácia. Para além disso tem financiamento garantido para os projectos de digitalização do Serviço de Radiologia e remodelação da Central de Esterilização.

A Maternidade é de extrema importância, mesmo que seja muito cara, porque é onde todos nascem e devemos lutar por ela custe o que custar.

Sobre a anexação do Hospital o Senhor Ministro disse que a decisão está nas mãos do Poder Regional. Estaria a referir-se ao Poder Regional de Vila Real ou ao do Alto Tâmega? Se for ao último então podemos lutar pelo nosso Hospital e pela nossa Maternidade porque ganhamos.

O Presidente do Conselho de Administração é nomeado pelo Ministro da Saúde e se se comprometer com a situação pode vir a ser demitido.

Terminou dizendo que o que está em questão na concentração dos Hospitais, para além da economia de escala, é a centralização dos recursos humanos e neste caso concreto, a forma que o Hospital de Vila Real tem para crescer é aniquilando o de Chaves, tornando-se numa unidade polivalente central. Como representante da Assembleia Municipal no Conselho Geral do Hospital, disse estar disponível para o que for necessário em prol da luta pelo nosso Hospital, por todos os flavienses e gentes do Alto Tâmega. Disse apoiar as duas propostas que foram apresentadas, que ambas são muito boas e se completam.

**FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO** do PS - disse que, na óptica do desenvolvimento e da capacidade competitiva dos territórios, se ficarmos sem a unidade hospitalar, com as valências que tem, haverá uma diminuição da nossa capacidade competitiva. Proteger a saúde é criar riqueza. Estamos empenhados em que se qualifique o Hospital, em vez de o deixar passar por uma situação de subalternidade.

Um estudo estratégico realizado em 1996, para o desenvolvimento de Trás-os-Montes dizia que a cobertura das situações - médico sanitárias tem melhorado visivelmente, referindo que o Hospital de Chaves era uma unidade que funcionava bem. Nesse estudo também se dizia que, no contexto do País, a população do nosso Distrito, no qual Chaves se insere, é a que suporta maiores deslocações, para efeitos de consulta médica. Um outro estudo da CEDRU, de 1992 afirmava que nos últimos anos tem aumentado a procura de cuidados médicos, resultantes de novos comportamentos e atitudes da população em matéria de prevenção e cuidados de saúde, mas também decorrentes do seu envelhecimento gradual, o que conseqüentemente, aumenta as despesas com a saúde. Se tivermos de ir para Vila Real mais caro nos fica, mesmo em termos de deslocações.

No plano estratégico para a cidade de Chaves, de 1995, havia um projecto de saúde mais ou menos consolidado que previa uma estruturação da fileira de saúde termal em conjunto com as Associações do sector aqui instaladas, e é obvio que sem o Hospital fica desconexada. Pretendia-se otimizar a presença destas Instituições de Saúde e chamar novas, com mais recursos, o que parece estar a acontecer, com empresas privadas a investirem cá, nas várias áreas; que deveria haver uma evolução da Escola de Enfermagem para uma Escola de Técnicos de Saúde e desenvolver uma política concertada entre o Hospital, a Escola de Enfermagem, as Termas e as Empresas prestadoras de saúde na cidade – o que ainda não temos.

Sei que é preocupante a situação do Hospital e bater-me – ei para que essa infra-estrutura se mantenha no nosso Concelho.

Analisando a conjuntura populacional, verificamos que o nosso concelho tem uma população bastante envelhecida e deveria haver uma consciencialização para que essas pessoas utilizem melhor o sistema de saúde, sem esquecer a posição transfronteiriça da cidade, que não deve servir para vermos o nosso Hospital como



Hospital de limite, mas sim como um Hospital que pode competir no contexto ibérico de saúde e que as iniciativas e os serviços, se forem de qualidade, atraem clientes de longe. O definhamento de alguns serviços terá provocado alguma perda de qualidade que afastou utentes, em vez de os conquistar a outros espaços. No caso da Maternidade, há pessoas que não querem que os seus filhos nasçam aqui porque não confiam no serviço.

Nesta óptica não podemos defender o Hospital Distrital de Chaves se o virmos como uma peça isolada, no contexto dos problemas de saúde do Município. A Lei de Bases da Saúde Nacional diz claramente que as Autarquias locais participam na acção comum a favor da saúde colectiva, dentro das suas responsabilidades, o que significa que deveriam ter sido mais intervenientes nesta área. Nesse contexto a Autarquia deveria ser mais actuante nesta matéria, mais intransigente e mais firme e deveria ter um Plano Concelhio de Saúde que lhe permitisse ter uma estratégia para melhorar a qualidade de vida e a saúde das nossas populações. Nesse plano teriam de estar identificados quais são os problemas de saúde, que mecanismos desejamos para promover a relação do estado de saúde das nossas populações, que disponibilidade tem a Autarquia de investir nesta área, nomeadamente em infra-estruturas e aqui a rede social seria importante, como as desenvolver e qual a avaliação e acompanhamento da saúde no nosso concelho. Este Plano poderia ajudar a Autarquia a perceber o estado de saúde da nossa população, apoiar a decisão que esta Assembleia vai tomar em termos de negociações com as Administrações Centrais e do Hospital, de forma a fazer-lhes entender que ao nos reduzir a capacidade em termos de saúde ao maior nível, estão também a reduzir a nossa capacidade de contribuir para a fixação das populações, de criar riqueza e de sermos, também aqui, um Portugal de primeira.

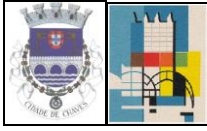
Relativamente às Propostas em discussão não se pode fazer um apelo à união se cada força política traz uma “Moção”. Para haver união deverá haver uma única Proposta. Estamos nessa luta e isso prova-o a posição dos nossos Vereadores na Câmara. Aproveitem-se as ideias de ambas e que daqui saia um Grupo de Trabalho que, em conjunto com os meios da Autarquia, possa defender o nosso Hospital até ao momento em que estejam plenamente garantidos os serviços adequados às nossas necessidades.

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – disse que Vila Real sem nada fazer tem os serviços que quer e tão culpado é o PSD como o PS, porque são os dois partidos que mais anos têm estado no Governo. Aquando da questão das Comunidades Urbanas Vila Real distanciou – se de nós e foi unir-se ao Douro, sem se preocupar o que seria melhor para Chaves e toda a região do Alto Tâmega. Mesmo a nível do PSD nunca viu os responsáveis de Vila Real puxar o quer que fosse para Chaves, pelo contrário, sempre tentaram «aniquilar» o que viesse para cá. Felizmente vamos ter a A24, mas quando fizeram o IP4, ninguém viu alguém de Vila Real, fosse a que nível fosse, defender a sua continuação para Chaves, pelo contrário, hostilizaram-nos em prol de Bragança.

O Conselho de Administração do Hospital, no meu entender é um Órgão político e tem o peso que tem.

Há semelhança de outros Concelhos já devíamos ter tomado uma posição firme há mais tempo e é lamentável que pessoas com grandes responsabilidades dentro do próprio hospital, que tinham conhecimento da situação, não tivessem dado o alerta e lutado firmemente por isso.

Quando o Partido Socialista estava na Câmara houve o problema da Polícia Judiciária e de cada vez que os Socialistas são Governo levam-nos sempre alguma



coisa de Chaves, com este caminhar levam-nos tudo deixando-nos as Termas porque não as podem levar.

A política deste Governo é arranjar dinheiro para fazer a Ota e o TGV, preocupam-se apenas em penalizar os Distritos do interior e basta olhar os que estão na mira – Bragança, Vila Real, Castelo Branco e Guarda.

Quem vem de fora que conhecem o nosso Hospital dizem que é uma boa unidade, com boas infra-estruturas, um bom edifício, muito limpo e asseado, onde as pessoas são mais ou menos bem tratadas. Não aceito de maneira nenhuma que este Hospital perca as especialidades que tem, deixando-as ir para Vila Real, ficando as pessoas de fracos recursos, as que tem doenças crónicas, os idosos, que residem em localidades distantes e que demoram, nalguns casos mais de uma hora a chegar ao Hospital de Chaves, quanto mais para Vila Real, à mercê da sua sorte.

Terminou dizendo que devemos tomar todas as posições que estiverem ao nosso alcance para defender o nosso Hospital e disponibilizou-se para ajudar na mobilização em todas as iniciativas que a Assembleia venha a aprovar. Lembrou que também faz parte de uma Associação Sindical importante da qual ninguém se lembra mas que tem muito mais capacidade de mobilização do que outras mais faladas e conhecidas.

**RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA** da CDU – referiu que além de flaviense é profissional de saúde, exercendo as funções de Técnico de Radiologia no Hospital Distrital de Chaves e disse ser para si duplamente preocupante a situação que a cidade e o Concelho estão a viver.

Que é necessário saber se estamos a falar de situações irreversíveis, porque segundo informações, já há datas e a definição do novo centro Hospitalar de Vila Real que passará a chamar-se Centro Hospitalar do Douro e Alto Tâmega, com a data de anexação a um de Julho do corrente ano.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se na reunião que teve com o Ministro da Saúde, lhe foi garantido que esta decisão ainda pode ser contrariada. O encerramento da Maternidade já foi publicada em Diário da República e quando a A24 estiver ligada ela sai, mas agrada-me ver que estamos todos unidos.

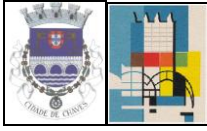
Relativamente ao Hospital, a questão do bairrismo deverá ser colocado com alguma moderação porque a culpa da sua anexação não é de Vila Real, mas sim do Governo, que se diz socialista, o que eu duvido. O Senhor Primeiro - Ministro estará aqui dia 8 de Julho e desafio o Senhor Presidente da Câmara a convidá-lo a uma visita guiada ao Hospital Distrital de Chaves e a perguntar-lhe se efectivamente vai encerrar esta unidade ou não. É importante pedir com urgência uma audiência ao Senhor Ministro da Saúde para saber de facto o que se pretende. Lamento que não esteja aqui a Senhora deputada Paula Barros, uma representante da Assembleia da República, para que possa levar estas questões ao Parlamento.

É muito triste para mim, como flaviense, que os meus filhos tenham de nascer em Vila Real.

A unidade de TAC de Vila Real encerra à meia-noite – em Chaves funciona 24 horas. Não podemos perder isto, por isso temos de estar todos unidos sem olhar a cores políticas e começar já a manifestarmo-nos. Se tivermos de ir para a rua vamos todos.

**LUIS DIAS DE CARVALHO** do PSD – disse que estamos perante uma questão que é vital para esta região e o tempo urge. Independentemente das vias democráticas e legítimas, da via da diplomacia, da pressão pelo diálogo, temos de ponderar outras formas de luta. Não se trata de uma posição partidária, mas de uma região onde a proximidade dos cuidados de saúde ao cidadão são vitais e sabemos melhor do que ninguém, que por ser periférica, tem tudo contra, com carências de toda a ordem e se





não lutarmos, estamos a comprometer o nosso futuro, o dos nossos filhos e o dos nossos netos. Ninguém nos vai perdoar.

Este é um Órgão legítimo e o mais representativo do Concelho que tem o dever e a obrigação de se mexer com muita rapidez. O que aqui foi dito por pessoas muito entendidas, da área da saúde, o que todos sabemos pela comunicação social é muito preocupante. Medidas anti-natalistas estamos fartos delas desde há trinta anos e tanta culpa tem os Governos do Partido Socialista como o Partido Social Democrata. Mesmo em sede de IRS – quem é casado paga caro e quem o não é não tem problemas.

**ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA** do PS – disse que se inscreveu não para discutir as “Moções”, mas para tratar da situação da saúde no Concelho de Chaves, porque entende que é um tema muito importante e não se esgota apenas com o assunto que estamos a tratar no momento.

A saúde no Concelho de Chaves vai para além das medidas curativas no Hospital, que são muito importantes, mas também tem a ver com a promoção da saúde e com a prevenção da doença, com divulgação de hábitos saudáveis e todas as metas estabelecidas pela OMS, que são vastas, porque a saúde preserva-se e previne-se. Entende que devemos lutar por todas as valências que existem no nosso Hospital e ir até onde for possível, não deixando de ter como objectivo a defesa intransigente dos interesses da nossa população, mas nunca fechando a porta à negociação e à preservação do interesse fundamental que é a saúde de todos. Todos nós dizemos que o Estado gasta muito e mal e é necessário cortar. Mas quando nos toca não gostamos.

**FRANCISCO ANTÓNIO FERREIRA TAVEIRA** do PSD – disse que o Hospital de Chaves, foi inaugurado a 3 de Julho de 1983 e nesta altura faz 62 mil atendimentos no serviço de urgência por ano, mais de 15 mil internamentos e mais de 5 mil operações. No seu décimo aniversário tive oportunidade de apresentar os números reais e nessa altura já tinha por ali passado um número de atendimentos, duas vezes maior do que a população residente nos quatro concelhos que serve.

O nosso Hospital caracteriza-se por ser uma unidade com uma organização regional, que serve uma população muito bem caracterizada, porque a variação anual de utentes é inferior a 10% e se fizermos o registo de todos os que ali nascem, só os que nos visitam e algum acidente esporádico é que altera esta realidade e portanto é possível conhecer muito bem a população que serve, as doenças que tem e fazer programações de investimentos nos anos seguintes.

O Hospital de Chaves, fruto dos que lá trabalham e que o apoiam, conseguiu criar um nome, condições de trabalho e instalou capacidades para a população residente. Os investimentos foram sempre utilizados, ao contrário de outros hospitais onde foram fornecidos meios que nunca chegaram a ser utilizados.

Do meu ponto de vista pessoal, este é o momento de manifestarmos claramente a nossa indignação pela forma como vai ser tratada esta Instituição e quero dizer - vos que os Grupos Parlamentares se reuniram para constituir uma Comissão que possa lutar pelo Hospital, optando por uma solução diplomática. A Comissão que vai ser constituída deve, antes de chegar aos locais de poder, levar com ela uma clara rejeição da integração do nosso Hospital no de Vila Real. Se não houver uma clara rejeição e se a Comissão não for mandatada e não for representativa de uma atitude de força local, vamos assistir a uma diplomacia de papéis, cujo resultado será o pior.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, em relação às intervenções feitas, esclareceu:





- Concordo com a intervenção do Senhor deputado Francisco António Chaves de Melo, até ao momento em afirmou a pro-actividade do Município. A Câmara Municipal dia 6 de Abril aprovou por unanimidade a “Moção” apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista; no dia 13 dei conhecimento ao Senhor Governador Civil da nossa posição; dia 19 reuni com o Senhor Ministro da Saúde e hoje o problema está aqui a ser discutido, o que significa que em termos de pro-actividade ela funcionou e com a rapidez que as datas que referi traduzem. A Lei expressa claramente as competências na área da saúde e não são rigorosamente nenhuma. Falar que a Câmara tem de apresentar um Plano de Saúde para o Concelho deve estar a fazer confusão com o Plano Municipal de Protecção Civil, porque de saúde não há. A única referência às competências das autarquias em termos de saúde está na Lei 159/99, a qual carece de regulamentação, o que significa que a competência ali escrita carece de eficácia. Isso não significa que a Autarquia, pelo facto de não ter competências atribuídas por Lei não tenha um papel activo no desenvolvimento da saúde. Neste momento está em concurso a ampliação do Centro de Saúde nº. 1, assumindo a totalidade do investimento em concurso e todas as diligências para a sua realização, para além da cedência, a título gratuito o respectivo terreno.
- Sobre a intervenção do Senhor deputado **Rui Jorge Oliveira**, informo que na reunião efectuada estivemos 13 presidentes de câmara do distrito e o “staff” do Senhor Ministro que nada confirmou sobre esta matéria. A própria comunicação social refere isso. Poderá ter vindo cá com essa intenção, mas não o fez. Coloquei-lhe a questão tendo-me respondido que o Hospital Distrital de Chaves tem opções a fazer e será responsável por elas.  
O Senhor Primeiro - Ministro tem intenção de visitar Chaves, estando o dia dependente da abertura ao trânsito da A24 no troço entre a Fronteira e Bragado. Esperamos que coincida com o “8 de Julho”, mas não há a certeza que assim seja. No próximo dia 28 – sexta-feira estarei de novo com ele e para além de lhe repetir o convite, falar-lhe-ei na questão da saúde e do nosso Hospital.  
Todos nós estamos empenhados numa luta comum, entendi que a Assembleia, que representa todas as forças partidárias, é o Órgão máximo do poder autárquico do Município e deve sair daqui a posição a tomar sobre esta matéria. O alargamento às forças vivas do nosso Concelho e dos Concelhos que são servidos pelo Hospital Distrital de Chaves é natural e todos estaremos unidos na sua defesa, pelo valor inquestionável e da posição que adquiriu no contexto regional e nacional, na prestação de serviços de qualidade às populações e de uma autonomia que só beneficia o seu desenvolvimento. Como a saúde é um factor de competitividade nós queremos ser competitivos e activos num País que queremos mais desenvolvido e no qual queremos participar.

**DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – usou novamente da palavra para dizer que sobre o encerramento da Maternidade o seu partido não retira a Proposta porque esta questão nem sequer consta da Proposta apresentada pelo PSD.

Disse ainda que Lamego, nem internamento vai ter e recordou que Amarante e Macedo colocaram uma fasquia muito alta (a Maternidade de Amarante foi feita de novo). Em ambas as cidades as manifestações feitas reuniram milhares de pessoas na defesa quer da sua Maternidade, quer do Hospital.

Sabemos que o Ministro não nos vai receber, que a sua decisão já está tomada e sabemos também que a prática deste Governo, em termos de diálogo, com os Sindicatos e com as Autarquias é nula.



Terminou dizendo que desta Assembleia deve sair uma posição firme do envolvimento das populações, que tenha poder também mediático, mas que não entre na demagogia, em alguns aspectos, de algumas intervenções que aqui foram feitas. Que a “Moção” da CDU, sendo sintética é precisa no que diz, mas a sua bancada vai retirá-la, a favor de uma outra em nome da Assembleia.

**FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO** do PS - usou de novo da palavra lembrando ao Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha que o primeiro acordo de concertação social assinado nos últimos anos, com as duas Centrais Sindicais, foi feito por este Governo, o que significa que houve dialogo.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, esclareceu que a Proposta apresentada pelo PSD foi reescrita, mediante acordo dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia, da qual resultou um texto comum que anula o anterior e anexa também a “Moção” da CDU, sobre esta matéria, num único documento. Este documento foi de novo lido, já com as alterações introduzidas:

**A Saúde no Concelho de Chaves/Proposta**

- ***O Hospital Distrital de Chaves se insere numa região que representa 54% da área do Distrito e que em termos de população atinge cerca de 38% da população total do Distrito de Vila Real;***
- ***A parte mais Noroeste (Montalegre) da área de influência do H.D.C., dista cerca de 80 km da cidade de Chaves, esse percurso, demora cerca de 2 horas a percorrer até Chaves, e ainda teriam de percorrer a distância até Vila Real;***
- ***Os recentes investimentos realizados no H.D.C., na área das novas tecnologias, que culminou com a atribuição do prémio “Serviço Público de Inovação”, demonstram uma atitude de coragem, visão e estratégia, com o objectivo de servir a comunidade, não descurando a sua gestão;***
- ***A relevância da solução adoptada é tal, que será a solução a adoptar pelo próprio Ministério para outros Hospitais. Será um contra senso, penalizar a região e os próprios funcionários do H.D.C.;***
- ***O volume de atendimento no serviço de urgência é em média de 180 utentes/dia, dos quais mais de 10% são emergentes;***
- ***O H.D.C. está localizado no maior centro termal da Europa – Chaves; Vidago; Pedras Salgadas e Carvalhelhos, com uma forte sazonalidade da população e uma elevadíssima taxa de emigração, nos meses de Junho a Agosto a população triplica;***
- ***Os Concelhos servidos pelo H.D.C. são uma zona de elevado potencial turístico, que ano após ano, tem ganho quota de mercado, 110.000 dormidas registadas em 2005. Não é possível potenciar uma zona turística sem infra-estruturas de saúde de qualidade;***
- ***O crescimento da região, que é demonstrado pela apetência dos novos investimentos em curso, nomeadamente a Plataforma Logística – considerado pelo governo um projecto de interesse e âmbito nacional e internacional – o Casino e ultimamente as grandes Superfícies Comerciais, com o conseqüente movimento populacional que lhe estará associado, reforçam a justificação da manutenção desta unidade hospitalar;***
- ***A região do Alto Tâmega tem sido penalizada devido às más acessibilidades, no entanto as novas acessibilidades, que ainda estão em***



**construção, não podem desempenhar o mesmo papel, tornando os serviços inacessíveis pela sua deslocalização;**

- **Clinicamente, face às particularidades da rapidez de acção/intervenção, justifica-se e, também, se necessita a manutenção da Urgência Médico-cirúrgica. O H.D.C. detém óptimos profissionais, pelo que a sua deslocalização para Vila Real não se justifica e muito menos se compreende;**
- **O universo dos recursos humanos é de 640 funcionários, dos quais 390 são licenciados. Este facto é de extrema importância e tem um impacto muito relevante a nível económico, social e cultural, tornando a instituição uma Marca de referência na região;**
- **Não se entende o interesse da absorção do H.D.C. no Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua S.A. Lembra-se que, aquando da criação das zonas urbanas, Vila Real nada quis com o Alto Tâmega. Pergunta-se o porquê este súbito interesse? Chaves, Boticas, Montalegre e Valpaços fazem parte da NUT III – Alto Trás-os-Montes, não se compreende que o actual governo esteja a reorganizar administrativamente o País em torno das NUT II (Regiões Administrativas) e NUT III (Subdivisão da Região Administrativa) e nalguns sectores, ainda funcione na lógica dos Distritos?**
- **Questiona-se sobre o local onde serão aplicados os benefícios da transformação do Sector Público Administrativo em Entidade Pública Empresarial.**

**Assim e face ao exposto:**

**Os Deputados da Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 26 de Abril de 2006, preocupados com as notícias de anexação do Hospital Distrital de Chaves ao Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua, S.A., traduzindo-se no encerramento de serviços e diminuição na prestação de cuidados de Saúde nesta região, deliberam o seguinte:**

**1 – Constituir uma Comissão, composta por representantes de cada partido político com assento nesta Assembleia e que esta comissão seja alargada a outras entidades civis, (Liga dos Amigos do H.D.C., ACISAT, ADRAT, AMAT, entre outras) e religiosas (Igreja) e outras entidades, com o intuito de defender os interesses das populações da região, acompanhada e apoiada pela Câmara Municipal.**

**2 – Solicitar, com carácter de urgência, uma audiência ao Conselho de Administração do H.D.C., à Administração Regional de Saúde do Norte, e ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde, para obtenção de informações que permitam esclarecimento cabal da política do Ministério da Saúde para o Alto Tâmega.**

**3 – Solicitar às Assembleias Municipais de Boticas, Montalegre e Valpaços a adesão e indicação de elementos para a constituição da supra referida Comissão.**

**4 – O envio desta deliberação ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde, Exmo. Senhor Primeiro-ministro, Exmo. Senhor Presidente da República, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República e Direcções parlamentares da Assembleia da República.**

**Assembleia Municipal de Chaves em 26 de Abril de 2006**

**O Presidente da Assembleia Municipal”**

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*



## Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 02/2006

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** solicitou aos representantes dos quatro partidos com assento parlamentar para indicar um nome do seu representante na Comissão antes aprovada, a qual ficará a coordenar, no terreno, todos os passos previstos na Proposta, com o apoio dos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Foram designados: Pelo PSD o Senhor deputado Alberto Germano Pires Lopes; pelo PS a Senhora deputada Paula Cristina Barros Teixeira dos Santos; Pela CDU o Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha e pelo CDS o Senhor Valdemar Teixeira Carneiro.

*A Proposta apresentada e lida pela CDU, atrás transcrita, relativa ao encerramento da Maternidade de Chaves foi igualmente posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e aclamação. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, antes de encerrar os trabalhos solicitou autorização à Assembleia Municipal, para enviar a D. António Augusto dos Santos Marto um voto de saudação e felicitação, pela sua recente nomeação como Bispo da Diocese de Leiria Fátima.

Esgotados todos os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi, pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O 1º. Secretário \_\_\_\_\_

O 2º. Secretário \_\_\_\_\_